

AO EXPEDIENTE DO DIA

93 de 09 de 1987

Em 09 de 09 de 1987

1.º SECRETÁRIO



ESTADO DA PARAIBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA

João Pessoa - Pb.



PROJETO DE LEI Nº 80/87.

RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA A
ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS MORAD
RES DO CONJUNTO SÃO PAULO.

Art. 1º Fica reconhecida de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS MORADORES DO CONJUNTO SÃO PAULO. com sede provisória à Trav. São Paulo, 88, no município de BAYEUX.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revoga das as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 22 de Setembro de 1987.

ROBERTO PAULINO

Dep. Estadual

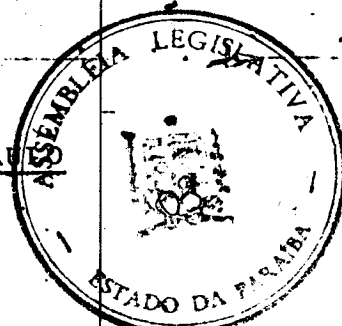
J U S T I F I C A T I V A:

Fundada em 15 de março de 1987 e constituída como Sociedade Civil sem fins lucrativos. A ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS MORADORES DO CONJUNTO SÃO PAULO; tem como finalidade voltada principalmente para a EDUCAÇÃO, ESPORTE e LAZER, bem como promover o desenvolvimento do Bairro no que diz respeito a; Saneamento; Iluminação Pública, Causamento e na area de Saude

Sala das Sessões, 22 de Setembro de 1987.

ROBERTO PAULINO

Dep. Estadual.



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CONJUNTO SÃO PAULO

ESTATUTO SOCIAIS

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E FINS

ARTIGO 1º - Com denominação social de ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CONJUNTO SÃO-PAULO, nesta Cidade de Bayeux-Pb, é fundada em 15 de Março de 1987 e constituída como Sociedade Civil sem fins lucrativos, com sede provisória na Trav. São Paulo nº 88, compõem-se de indeterminados números de sócios sem distinção de cor, opiniões partidária Política ou Religião, regendo-se por este Estatuto, e tem por fim:

- a - Cultivar a função social dentro de suas possibilidades financeiras;
- b - Realizar e participar de festas sociais com as sociedades congêneres;
- c - Filial-se a qualquer entidade comunitária e critério de sua Diretoria;
- d - Manter uma sede com o necessário para diversões e encontros com a comunidade,

ARTIGO 2º - É proibido qualquer manifestação política, Religiosa ou de classes.

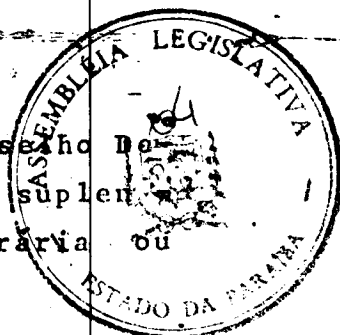
ARTIGO 3º - A sociedade adotará as cores preto e vermelho.

CAPÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO E SEUS ÓRGÃOS

ARTIGO 4º - A sociedade só será administrado por um (01) Conselho Deliberativo, eleito pela Assembleia Geral de todos os sócios quites maiores de 21 anos, composto de cinco (05) membros, dentre os quais 2/3 pelo menos devem ser constituídos de Brasileiros natos ou naturalizados, sendo 1/3 (um terço) pelo menos formados de sócios contribuintes.

PARAGRÁFO I - Conjuntamente com os membros do Conselho Deliberativo, serão eleitos tres (03) suplentes para preencherem as vagas temporária ou definitivas.



PARAGRÁFO II - O Conselho Deliberativo, seráo Órgão soberano da Sociedade através do qual os sócios se manifestarão coletivamente.

PARAGRÁFO III - Ao Conselho Deliberativo compete;

- a - Eleger o Presidente e Vice-Presidente da Diretoria;
- b - Eleger o Conselho Fiscal, composto de cinco (05) membros sendo dois (02) suplentes,
- c - Aprovar os Estatutos e eventuais reformas do mesmo,
- d - Exigir do Presidente da Diretoria, a obrigatoria apresentação do balancete mensal, balanço semestral, e um minucioso relatório anual de todos os atos e fatos administrativos, juntamente com o balanço financeiro correspondente a cada exercício.

PARAGRÁFO IV - O Conselho Deliberativo se reunirá uma vez por mês para prestações de contas do Presidente da Diretoria, de conformidade com a letra "d" do parágrafo 3º ou a requerimento da maioria dos sócios contribuintes, e quites com os cofres da sociedade,

PARAGRÁFO V - O Conselho Deliberativo funcionará em primeira convocação com a presença de 2/3 de seus membros e em segunda convocação com qualquer número,

PARAGRÁFO VI - O tempo do mandato do Conselho Deliberativo será 02 (dois) anos terminando sempre no dia 10 (dez) de novembro do último ano de sua gestão,

ARTIGO 5º - O Presidente da Diretoria, eleito pelo Conselho Deliberativo, designará por sua vez os demais membros da mesma,

ARTIGO 6º - O Conselho Fiscal compõem-se de 03 (três) membros.

PARÁGRAFO ÚNICO - Compete ao Conselho Fiscal:

- a - Acompanhar a fiscalização a gestão financeira da administração;
- b - Examinar em todos os balanços o seu parecer autenticado com a assinatura de cada membro.

CAPÍTULO III

ARTIGO 7º - A Diretoria compõem-se de 06 (seis) membros:

- a - Presidente;
- b - Vice-Presidente;
- c - 1º Secretário;
- d - 2º Secretário;
- e - Tesoureiro;
- f - Diretor da Associação.

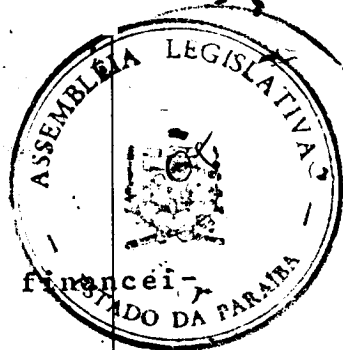
ARTIGO 8º - O mandato da Diretoria será de 02 (dois) anos, podendo os mesmos serem reeleitos.

ARTIGO 9º - As Eleições e posse da Diretoria será sempre no mês de novembro.

ARTIGO 10º - O Diretor que não comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas sem motivos justificados perderá seu mandato e o Presidente nomeará outro para substituí-lo.

ARTIGO 11º - São Atribuições da Diretoria:

- a - Aceitar propostas para novos sócios, podendo recusar depois de julgadas bem como conceder ou rejeitar a exoneração dos mesmos do quadro social, aplicar penas disciplinares de acordo com os Estatutos;
- b - Organizar e modificar regulamentos afim de manter em boa ordem os serviços internos e externos da Sociedade;
- c - Instituir jogos de futebol, voleibol, pingue-pongue etc;
- d - Reunir-se ordinariamente, uma vez por semana e extraordinariamente sob convocação do Presidente quando haja motivo para tal.



ARTIGO 12 - AO PRESIDENTE COMPETE:

- a - Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias da Sociedade;
- b - Solucionar os casos não previstos por estes Estatutos merecem pronta resolução, informando o ocorrido a Diretoria em sua primeira reunião.
- c - Superintender a ação dos demais Diretores,
- d - Representar a Sociedade em todas as ocasiões necessárias,
- e - Firmar conjuntamente com o Secretário todos os ofícios de importância,
- f - Firmar as atas de reuniões que presidir,
- g - Firmar com o tesoureiro todos os documentos que se referem a levantamento de fundos, pagamentos, balancetes e relatórios.

ARTIGO 13º - AO VICE-PRESIDENTE COMPETE:

- a - Auxiliar e substituir o Presidente em todas as suas faltas ou impedimentos, porém sem poderes para os atos Executivos.

ARTIGO 14º - AO 1º SECRETÁRIO COMPETE:

- a - Dirigir o expediente da Secretaria;
- b - Redigir e assinar ofícios, atas e demais documentos, avisos e editais,

ARTIGO 15º - AO 2º SECRETÁRIO COMPETE:

- a - Substituir o 1º Secretário na sua ausência e em todos os deveres e obrigações do mesmo,

ARTIGO 16º - AO TESOUREIRO COMPETE:

- a - Arrecadar as mensalidades ou outras quaisquer importância, lançando-as no livro caixa e será responsável pela soma que ficar em seu poder,
- b - Efetuar pagamentos de despesas sempre com prévia autorização assinada pelo Presidente,
- c - Prestar contas até o dia 15 referente ao movimento financeiro do mês anterior,



Cont. do ART. 16º,



- d - Apresentar no fim do mandato um balanço geral com os documentos comprovantes;
- e - Indicar a Diretoria os sócios faltosos com os correios da Sociedade.

ARTIGO 17º - AO DIRETOR ESPORTIVO CÔMPETE:

- a - Organizar quadro de esportes e jogos;
- b - Nomear promover capitães de quadros bem como propor a dispensas dos mesmos;
- c - Apresentar em reuniões da Diretoria, Licenças punições de qualquer assunto programado pela Sociedade.

CAPÍTULO IV DA ADMISSÃO DOS SÓCIOS

ARTIGO 18º - E condição essencial para ser sócio ter no mínimo 18 anos de idade;

- a - Quando um sócio for considerado menor de idade tornar se necessário a autorização dos pais ou tutor;
- b - As propostas de administração dos sócios serão firmados por qualquer associado em pleno gozo de seus direitos.

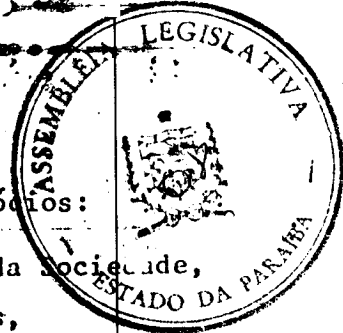
ARTIGO 19º - A PROPOSTA DEVERÁ CONSTAR;

- a - Nome por extenso do candidato;
- b - Data do nascimento;
- c - Nacionalidade e naturalidade;
- d - Estado Civil;
- e - Profissão.

CAPÍTULO V DOS SÓCIOS E SUAS CLASSES;

ARTIGO 20º - O quadro social será constituído das seguintes classes:

- a - Fundadores,
- b - Contribuintes,
- c - Atletas,
- d - Correspondentes,
- e - Deseméritos.



ARTIGO 21º - Ficam descriminadas as diversas categorias de sôcios:

FUNDADORES: Os que assinaram a ata de Fundação da Sociedade,

CONTRIBUINTES: Os que pagam jôias e mensalidades,

ATLETAS: Os que se destinarem a praticar Esportes, e que -
obterem do Diretor Esportes parecer favoravel me-
diante provas praticadas.

CORRESPONDENTES: Os que residem fora da Capital ou Estado,

BENEMÉRITOS: Os que tenham prestados relevantes serviços ou
donativos a Sociedade superior a cz\$1,000,00 -
(hum mil cruzados),

CAPÍTULO VI

DEVERES DOS SOCIOS

ARTIGO 23º -

- a - Acatar e cumprir fielmente o que estipulam este Estatuto
bem como o regulamento interno da sede e das deliberações
ou atos da Diretoria.
- b - Aceitar cargos para os quais forem eleitos ou nomeados, sal-
vo motivo excepcionais;
- c - Prestar apoio moral ou material a Sociedade,
- d - Votar ou ser votado quando maior de 21 anos, ou emancipa-
do para qualquer cargo.
- e - Propor admissão de sôcios contribuintes.

CAPÍTULO VII

DAS PENALIDADES,

ARTIGO 24º - Serão eliminados suspensos ou censurados os sôcios que:

- a - Prejudicarem a Sociedade moral ou materialmente, porta-
tarem-se de modo inconveniente e provocarem distúrbios na
sede;
- b - Não pagarem 03 (três) mensalidades consecutivas;
- c - Desacatarem os Diretores da Sociedade ou violarem os Es-
tatutos regulamentos ou determinações da Diretoria;
- d - O sôcio eliminado por falta de pagamento só poderá ser -
readmitido depois do parecer da Diretoria, aprovado pela maioria
maioria da Diretoria e pelo o Conselho Deliberativo;
- e - A pena de eliminação de um sôcio só poderá ser feita quan-
do aprovado pela maioria da Diretoria;
- f - Não estão isento das mensalidades os sôcios que estive-
rem suspensos de seus direitos.



CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS.

ARTIGO 25º - A sociedade não poderá ser dissolvido enquanto tiver 20 (vinte) sócios quites em pleno uso e gozo dos direitos conferidos pelos Estatutos.

ARTIGO 26º - No caso da dissolução da Sociedade por não haver o número de sócios mencionados no Art. 25 será nomeada uma comissão dentre os sócios existentes que será o encargo de liquidatária a qual empregará o melhor dos seus esforços no sentido de evitar o desaparecimento da Sociedade não conseguindo bem assim como os troféus, taças etc., A uma instituição de caridade puramente brasileira, a juízo da Diretoria ou a uma Sociedade congênere.

ARTIGO 27º - O presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação.

ARTIGO 28º - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria.

Aprovado em Sessão de Assembleia Geral realizada em 15 de Março de 1987.

A COMISSÃO

PRESIDENTE

VICE-PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO

2º SECRETÁRIO

3º SECRETÁRIO

1º TESOUREIRO

2º TESOUREIRO

1º COORDENADOR

2º COORDENADOR

1º FISCAL

2º FISCAL

3º FISCAL

SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL

1º SUPLENTE

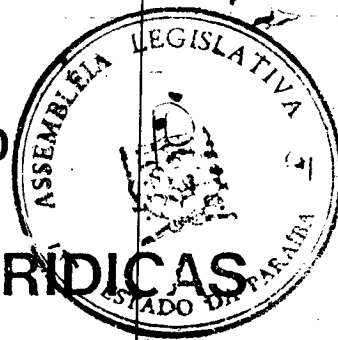
2º SUPLENTE

3º SUPLENTE

DIRETOR GERAL.

CARTÓRIO TOSCANO DE BRITO

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS



CERTIDÃO

Certifico que nesta data foi Registrado o documento abaixo caracterizado sob o nº 49963 do Livro A 20 do Registro Civil das Pessoas Jurídicas. O Certificado é verdade. Dou Fé.

João Pessoa (PB) 29 / JUL / 1987


O OFICIAL DO REGISTRO

NATUREZA DO DOCUMENTO: REGISTRO DOS ESTATUTOS

ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS MORADORES DO CONJUNTO SÃO PAULO

D.O.E. DE: 26 DE MAIO 1987

PÁGINA(S): 06

Apresentado hoje para Registro. Protocolado sob

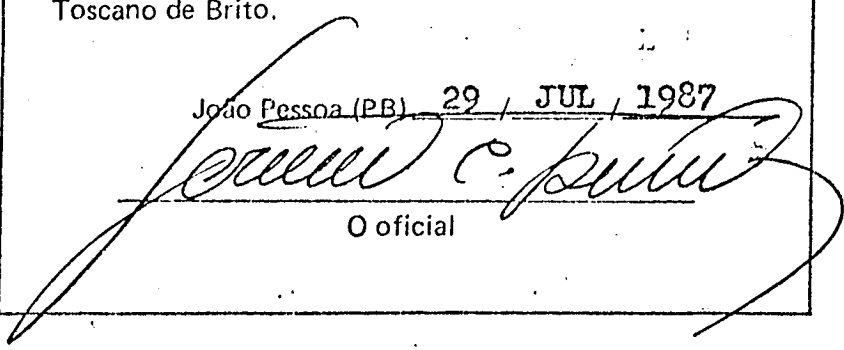
nº 49903 no Livro A nº 03

Registrado sob nº 49963 no Livro A nº 20

do Registro Civil das Pessoas Jurídicas - Cartório

Toscano de Brito.

João Pessoa (PB) 29 / JUL / 1987


O oficial

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

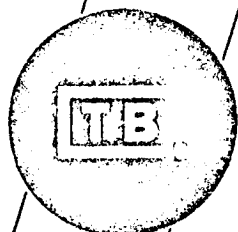
OFÍCIO PRIVATIVO

Oficial:

DR. GERMANO CARVALHO TOSCANO DE BRITO

Substituto:

KLEBER CARVALHO TOSCANO



CARTORIO TOSCANO DE BRITO

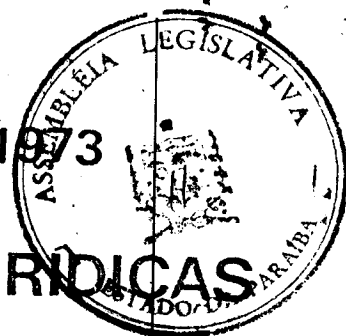
Rua Candido Pessoa - 31

58.000 - João Pessoa - Paraíba

Fone: (083) 222-1017

LEI Nº 6015 de 31 de dezembro de 1973

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS



TÍTULO III CAPÍTULO I

Art. 114 — No Registro Civil das Pessoas Jurídicas serão inscritos:

I — Os contratos, os atos constitutivos, o estatuto ou compromisso das Sociedades Cíveis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, bem como o das fundações e das associações de utilidade pública ;

— As sociedades cíveis que revestirem as formas estabelecidas nas leis comerciais, salvo as anônimas.

Art. 119 — A existência legal das pessoas jurídicas só começa com o registro de seus atos constitutivos.

Parágrafo Único — Quando o funcionamento da sociedade depender de aprovação da autoridade, sem esta não poderá ser feito o registro.

Art. 121 — Para o registro serão apresentados dois exemplares do jornal oficial em que houver sido publicado o estatuto, compromisso ou contrato, além de um exemplar deste quando a publicação não for integral. Por aqueles se fará o registro mediante petição, com firma reconhecida do apresentante legal da sociedade, lançando o Oficial, nos dois exemplares, a competente Certidão do Registro, com o respectivo número de Ordem, Livro e folha, um dos quais será entregue ao apresentante e o outro arquivado em Cartório, rubricando o Oficial as folhas em que estiver impresso o contrato, compromisso ou estatuto.

Art. 122 — No Registro Civil das Pessoas Jurídicas serão matriculados:

- I — Os jornais e demais publicações periódicas;
- II — As oficinas impressoras de qualquer natureza pertencentes a pessoas naturais ou jurídicas;
- III — As empresas de radiodifusão que mantenham serviços de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas;
- IV — As empresas que tenham por objeto o agenciamento de notícias.

DE JOÃO PESSOA
JURIO TOSCANO DE BRITO
REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS
Rua Candido Pessoa 31 - Fone: 222 1017

CARTORIO TOSCANO DE BRITO
REG. DE TITULOS E DOCUMENTOS

049993

29 JUL 87

PROTOCOL
JOÃO PESSOA - PB



REGISTRO Nº

Requerente: ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS MORADORES DA
TRAVESSA SAO PAULO

Parte: A MESMA

Natureza do documento: REGISTRO DE SEUS ESTATUTOS

data do pedido: 29.07.87

data da entrega:

RECIBO

REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS

DE PESSOA JURÍDICA

300,00

CERTIDÃO TITULOS E DOCUMENTOS

PESSOA JURÍDICA

OUTROS

TOTAL

300,00



João Cláudio Pereira de Abranches
funcionário



CARTÓRIO TOSCANO DE BRITO

Rua Candido Pessoa, 31 - Fone (083) 222-1017 - Telex (0032) 392 - CTBG-UR
JOÃO PESSOA - PARAÍBA



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS


CERTIDÃO

CERTIFICO a pedido verbal de pessoa interessada, que
nesta data, foi registrado sob nº 4 9 9 6 3, do Livro A 2 0
do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, a sociedade denominada: ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CONJUNTO SÃO PAULO.

O referido é verdade e ao arquivo do Cartório se reporta.

Dou fé.

João Pessoa, 29 do julho de 1987


O Oficial do Registro



REAS SOCIAL: ASSOCIAÇÃO
COMUNITARIA DOS MORADORES DO COMUMATO
SAO PAULO.



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	477.214-29 Via	DATA DE EMISSÃO	23.10.1986
NOME	MARIA ARCANJO DE BARROS NOGUEIRA		
FILIAÇÃO	Severino Mariano de Barros Severina Maria da Conceição		
NATURALIDADE	Sapé-PB.	DATA DE NASCIMENTO	24.05.1935
DOC ORIGEM	Cert. Cas. Nº 3.994-Fls. 132-Liv 06"B"-Cart. de Bayeux-PB.		
CNPJ			
Assinatura	<i>[Handwritten Signature]</i>		
Assinatura do Emissor	João Pessoa - PB		

LEI Nº 7.116 DE 29-02-83

CEDULA DE IDENTIDADE

		
<i>Severino de Sá</i> Assinatura do Portador		

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

PI-3

Maria Inacanga de Barros Nogueira
ASSINATURA DO TITULAR

ARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

REGISTRO CIVIL 372.722

ANTONIO SANTOS

Euclides Antonio dos Santos
Maria Luzia dos Santos

Arrolhas - RN - 03/05/1956

NATURALIDADE 13/11/1978 DATA NASCIMENTO

WANDERLEI DOS SANTOS



DIÁRIO OFICIAL — Terça-feira, 23 de maio de 1987

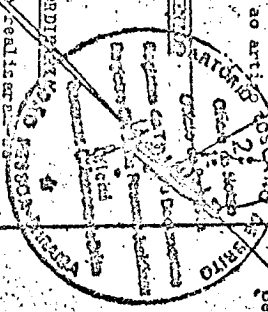
...avalia dispendendo: 1-44.000.000 ações ordinárias; 11-1.000.000 ações prefe-
renciais, classes "A" e "B"; 12-45.000.000 ações preferenciais, classe "B", 33 Art.
17, parágrafo 1º, destinado a subscrição e integralização com recurso do fundo de
reserva de amortização do Nordeste - FINEP, sob preferências, classe "B", sem direito a voto,
todas as qualidades, reservadas a circunscrição de títulos do FINEP adquiridos
por meio de operações de crédito, com fulcro no Decreto-Lei 2.364 de 21.11.86, 5. Parcelas do con-
selho fiscal, por ser não permanente, não fora convocada para pronunciar-se a res-
peito. 6. Junta Coercial do Estado: Ata lavrada livro próprio, promulgada e arquivada na JU-
CEP-PA por despacho de 23/04/87. Ass. Churchill Cavalcante Cesar-Presidente.

Extratos dos Estatutos Sociais.

Banco Social Associação dos Moradores do Conjunto São Paulo
Bayeux - PB.
Endereço Travessa São Paulo 88 - Bayeux - PB.
Forma de duração Indeterminado

Capítulo I - Denominação, sede, e fins. estão inseridos nos arti-
culos 1º ao 3º - Capítulo II e III - Da administração e seus órgãos.
do artigo 4º ao artigo 17º - Capítulo IV - Da admissão dos sócios.
Artigo 18º ao artigo 19º - Capítulo V - Dos sócios e suas clas-
ses, Artigo 20º ao artigo 21º - Capítulo VI - Deveres dos sócios -
Artigo 22º - Capítulo VII - Das penalidades. Artigo 24º ao artigo 25º - Dos
26º - A COMISSÃO

SIO REAL S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS
Corporação Aberta
CSC/PA nº 08.011.225/0001-84



Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária
Data, Hora e Local - As Assembleias que esta ata descreve, realizaram-se no dia 30 de Abril de 1987, às 15:00 horas, na sede social da Companhia, à Rua Almeida Barreto, 557, São José, nesta cidade da Capital Grande.
Constituição - Os acionistas foram convocados para as assembleias mediante
convocações publicadas nas páginas do Diário Oficial do Estado e do Jornal
da Paraíba que circularam nos dias 22, 23 e 24 do corrente mês de Abril,
sendo o teor da convocação o seguinte:

SIO REAL S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS (CSC/PA nº 08.011.225/0001-84)
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA CONVOCADA PARA OS SO-
bretos assuntos da SIO REAL S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS con-
vocada e realizada no prédio 225, 30, às 15:00 horas, na
sede social da companhia, na Rua Almeida Barreto, 557, Capital Grande,
Paraná, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: A) Da Assen-
tória e Demonstrações Financeiras e Parecer do Conselho de Administração
relativos ao exercício social de 1986. 2. Destinação do resultado do ex-
ercício social de 1986. 3. Ocorrência monetária do capital social e
reserva capitalização nos termos do artigo 167 da Lei 6.404/76, sem
modificação do número de ações emitidas. 4. Eleição dos membros do Con-

exercicio da água e da bacia da subseção, dentro do capital estatutário
do, ficando esta estatutária, podendo deixar de exercer direito
de preferência na subscrição quando a estatuta se destinar a distribuir
bônus públicos. Artigo 31, § 1º, inciso V, cominada com reserva para
investimentos, formalmente, com o saldo da reserva de lucro,
constante das demonstrações financeiras da companhia, em 31.12.86, a
qual, anualmente, serão destinados o saldo remanescente do lucro do
exercício após a constituição da reserva legal e deduzidos os dividen-
dos deliberados pela assembleia geral ordinária, e que se destinará a
política e desenvolvimento dos negócios sociais.

EXERCÍCIO SOCIAL - CRECHE PRESIDENTE JANA DE MONTENEGRO, Capítulo I - Do nome, funda-
ção e duração. Art. 1º - A creche presidente JANA DE MONTENEGRO, é uma sociedade ci-
vil, com sede e foro na cidade de Monteiro, Estado de Paraíba, Brasil, tendo
sido fundada no dia 02 de fevereiro de 1987. Art. 2º - A duração e por ter
po indeterminada, devendo reger-se pelos Estatutos. Capítulo II - Das fina-
lidades - Art. 3º - A finalidade da creche proporcionar a comunidade carce-
re e a família, um atendimento que venha a suprir as necessidades ba-
sicas, tendo sempre como princípio o amor ao próximo. § Único - As diretri-
zes básicas da creche serão os ensinamentos sociais e espirituais da Igreja
Presbiteriana. Art. 4º - De modo particular, a creche atingirá as crianças
mais pobres, desenvolvendo com elas atividades, especialmente no que se
refere ao valor de sua dignidade.

JOSE CARLOS DA SILVA JUNIOR
Presidente do Conselho de Administração
JOSÉ CARLOS MONTENEGRO
Secretaria

LEI Nº 1.000 DE 23 DE MAIO DE 1987
DECRETO Nº 1.000 DE 23 DE MAIO DE 1987

CERTIDÃO

...no a. Resolvido no furoda sob N.º 25.3.000175, por despacho de
20.10.1987, o/a da me Autarquia Carol AMZ e ADO
...toda no dia 04/08/87, com como 03 - ...
...no 50 EST. de, editado em 25.08.22 de Março/87.

COMISSÃO

Guilherme ... **VISTO** ...
Assessor Administrativo ...
Assessor Administrativo ...

ESTATUTO SOCIAL - CRECHE PRESIDENTE JANA DE MONTENEGRO, Capítulo I - Do nome, funda-
ção e duração. Art. 1º - A creche presidente JANA DE MONTENEGRO, é uma sociedade ci-
vil, com sede e foro na cidade de Monteiro, Estado de Paraíba, Brasil, tendo
sido fundada no dia 02 de fevereiro de 1987. Art. 2º - A duração e por ter
po indeterminada, devendo reger-se pelos Estatutos. Capítulo II - Das fina-
lidades - Art. 3º - A finalidade da creche proporcionar a comunidade carce-
re e a família, um atendimento que venha a suprir as necessidades ba-
sicas, tendo sempre como princípio o amor ao próximo. § Único - As diretri-
zes básicas da creche serão os ensinamentos sociais e espirituais da Igreja
Presbiteriana. Art. 4º - De modo particular, a creche atingirá as crianças
mais pobres, desenvolvendo com elas atividades, especialmente no que se
refere ao valor de sua dignidade.



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO BAIRRO SÃO PAULO
FUNDADA EM 15 DE MARÇO DE 1987, com 20 pessoas
Sede Provisória - Travessa São Paulo, nº - 88

PRESIDENTE: Maria Arcaujo de Barros Nogueira
(MARIA ARCANJO DE BARROS NOGUEIRA)

VICE-PRESIDENTE: Asterio Santos
(ASTERIO SANTOS)

1º SECRETARIO Antenor José Barbosa
(ANTENOR JOSÉ BARBOSA)

2º SECRETARIO Solange de Barros
(SOLANGE DE BARROS)

3º SECRETARIO Severina da Silva Santos
(SEVERINA DA SILVA SANTOS)

1º TESOUREIRO Severino do Ramo de Souza
(SEVERINO RAMOS DE SOUZA)

2º TESOUREIRO Maria de Fatima Ramos
(MÁRIA DE FATIMA RAMOS)

SUPLENTE DA MESA

1º Rozangela de Barros
2º Benedita Gaze do Silva
3º Antonio Catarino

CONSELHO DELIBERATIVO

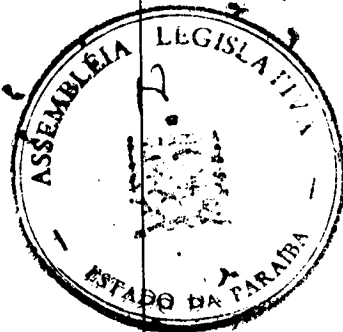
1º João Antonio Ramos
2º Maria Felice dos Santos
3º Francisco Alves dos Santos
4º Mangal Jacqueline dos Santos
5º Antonio Gláudio dos Santos
6º Mergo Antonio de Barros
7º Wagner Luiz Pereira de Souza

CONSELHO FISCAL

1º Yasika Maria de Santos
2º S. Julio Alves de Santos
3º Ania Maria de Souza

721772

SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL



1º

Sebastião Sifício de Araújo

2º

Luiz Carlos Sifício

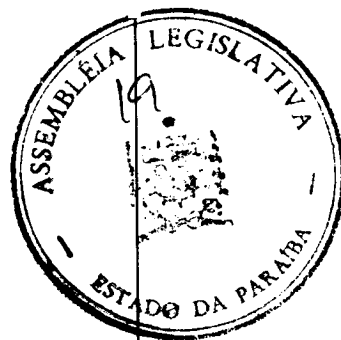
3º

Maria da Silva Sifício

DIRETOR GERAL

E. Chagas

EURIPEDES FRANCISCO DAS CHAGAS



Registrado no Livro de Plenário

às Fls. 80 Sob No 80/87

EM, 29 / 09 / 87

msu

Publicado no Diário do Poder
Legislativo do Dia 24 / 09 / 87

SECRETÁRIO

A Coordenação das Comissões
Técnicas.

EM, 29 / 09 / 87

msu

A Comissão de Constituição, Legis-
lação e Justiça.

Em _____ / _____ / 19 _____

Do SECRETÁRIO

RECEBI

Recebi, nesta data, o presente projeto de

Lei nº 80/87

Em, 29 de Setembro de 19 87

[Signature]

REMESSA

Remetido nesta data ao Sr. Presidente

de Comissões de Justiça

Em 29 de Setembro de 19 87

[Signature]

Lei nº 3.013 de 29/12/87
Publicado no P.O em 01/01/88

GP/Ofício nº 516/87
nra.

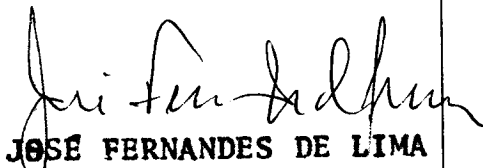
Em 23 de novembro de 1987.

Senhor Governador:

S

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para fins constitucionais, o Projeto de Lei nº 80/87 aprovado por esta Assembleia Legislativa em sessão realizada no dia 12 de novembro do corrente ano, o qual "Reconhece de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Moradores do Conjunto São Paulo".

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência os meus protestos de elevada consideração.


JOSÉ FERNANDES DE LIMA
PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor
Dr. TARCISIO DE MIRANDA BURITY
DD. GOVERNADOR DO ESTADO
Palácio dos Despachos
N E S T A /



PROJETO DE LEI Nº 80/87

RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA A
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CONJUNTO SÃO PAULO.

Art. 1º - fica reconhecida de Utilidade pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CONJUNTO SÃO PAULO, com sede provisória à Trav. São Paulo, 88, no município de BAYEUX.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 23 de novembro de 1987.

JOSÉ FERNANDES DE LIMA
PRESIDENTE


ALOYSIO PEREIRA LIMA
1º SECRETÁRIO


ANTONIO ROBERTO DE SOUSA PAOLINO
2º SECRETÁRIO

AO EXPEDIENTE DO DIA

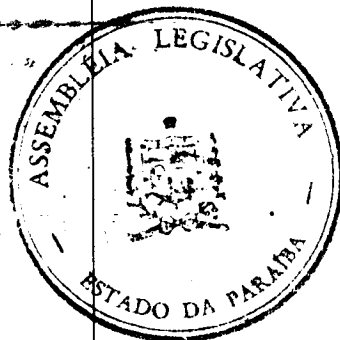
93 de 09 de 1987

Em 93 de 09 de 1987

1.º SECRETÁRIO



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
CASA DE EPTACIO PESSOA



João Pessoa - Pb.

PROJETO DE LEI Nº 80 /87.

RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA A
ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS MORADO
RES DO CONJUNTO SÃO PAULO.

Art. 1º Fica reconhecida de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS MORADORES DO CONJUNTO SÃO PAULO. com sede provisória à Trav. São Paulo, 88. no município de BAYEUX.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 22 de Setembro de 1987.

ROBERTO PAULINO

Dep. Estadual

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 15 de março de 1987 e constituída como Sociedade Civil sem fins lucrativos. A ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS MORADORES DO CONJUNTO SÃO PAULO; tem como finalidade voltada principalmente para a EDUCAÇÃO, ESPORTE e LAZER, bem como promover o desenvolvimento do Bairro no que diz respeito a; Saneamento, Iluminação Pública, Causamento e na area de Saude

Sala das Sessões, 22 de Setembro de 1987.

ROBERTO PAULINO

Dep. Estadual.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CONJUNTO SÃO PAULO



ESTATUTO SOCIAIS

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E FINS

ARTIGO 1º - Com denominação social de ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CONJUNTO SÃO-PAULO, nesta Cidade de Bayeux-Pb, é fundada em 15 de Março de 1987 e constituída como Sociedade Civil sem fins lucrativos, com sede provisória na Trav. São Paulo nº 88, compõem-se de indeterminados números de sócios sem distinção de cor, opiniões partidária Política ou Religião, regendo-se por este Estatuto, e tem por fim:

- a - Cultivar a função social dentro de suas possibilidades financeiras;
- b - Realizar e participar de festas sociais com as sociedades congêneres;
- c - Filiar-se a qualquer entidade comunitária e critério de sua Diretoria;
- d - Manter uma sede com o necessário para diversões e encontros com a comunidade,

ARTIGO 2º - É proibido qualquer manifestação política, Religiosa ou de classes.

ARTIGO 3º - A sociedade adotará as cores preto e vermelho.

CAPÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO E SEUS ÓRGÃOS

ARTIGO 4º - A sociedade só será administrado por um (01) Conselho Deliberativo, eleito pela Assembleia Geral de todos os sócios quites maiores de 21 anos, composto de cinco (05) membros, dentre os quais 2/3 pelo menos devem ser constituídos de Brasileiros natos ou naturalizados, sendo 1/3 (um terço) pelo menos formados de sócios contribuintes.

PARAGRÁFO I - Conjuntamente com os membros do Conselho Deliberativo, serão eleitos tres (03) suplentes para preencherem as vagas temporárias ou definitivas.

PARAGRÁFO II - O Conselho Deliberativo, será o Órgão Superior da Sociedade através do qual os sócios se manifestarão coletivamente.

PARAGRÁFO III - Ao Conselho Deliberativo compete:

- a - Eleger o Presidente e Vice-Presidente da Diretoria;
- b - Eleger o Conselho Fiscal, composto de cinco (05) membros sendo dois (02) suplentes;
- c - Aprovar os Estatutos e eventuais reformas do mesmo;
- d - Exigir do Presidente da Diretoria, a obrigatoria apresentação do balancete mensal balanço semestral, e um minucioso relatório anual de todos os atos e fatos administrativos, juntamente com o balanço financeiro correspondente a cada exercício.

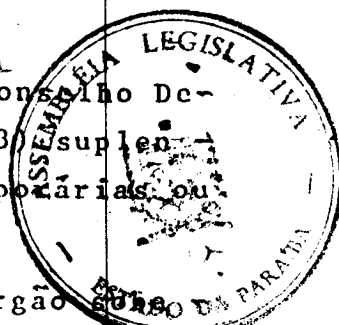
PARAGRÁFO IV - O Conselho Deliberativo se reunirá uma vez por mês para prestações de contas do Presidente da Diretoria, de conformidade com a letra "d" do parágrafo 3º ou a requerimento da maioria dos sócios contribuintes, e quites com os cofres da sociedade.

PARAGRÁFO V - O Conselho Deliberativo funcionará em primeira convocação com a presença de 2/3 de seus membros e em segunda convocação com qualquer número.

PARAGRÁFO VI - O tempo do mandato do Conselho Deliberativo será 02 (dois) anos terminando sempre no dia 10 (dez) de novembro do último ano de sua gestão.

ARTIGO 5º - O Presidente da Diretoria, eleito pelo Conselho Deliberativo, designará por sua vez os demais membros da mesma.

ARTIGO 6º - O Conselho Fiscal compõem-se de 03 (três) membros.



PARAGRAFO UNICO - Compete ao Conselho Fiscal:

- a - Acompanhar a fiscalização a gestão financeira da administração;
- b - Exarar em todos os balanços o seu parecer autenticado com a assinatura de cada membro.



CAPÍTULO III

ARTIGO 7º - A Diretoria compõem-se de 06 (seis) membros:

- a - Presidente;
- b - Vice-Presidente;
- c - 1º Secretário;
- d - 2º Secretário;
- e - Tesoureiro;
- f - Diretor da Associação,

ARTIGO 8º - O mandato da Diretoria será de 02 (dois) anos, podendo os mesmos serem reeleitos.

ARTIGO 9º - As Eleições e posse da Diretoria será sempre no mês de novembro.

ARTIGO 10º - O Diretor que não comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas sem motivos justificados perderá seu mandato e o Presidente nomeará outro para substituí-lo.

ARTIGO 11º - São Atribuições da Diretoria:

- a - Aceitar propostas para novos sócios, podendo recusar depois de julgadas bem como conceder ou rejeitar a exoneração dos mesmos do quadro social, aplicar penas disciplinares de acordo com os Estatutos,
- b - Organizar e modificar regulamentos afim de manter em boa ordem os serviços internos e externos da Sociedade,
- c - Instituir jogos de futebol, voleibol, pingue-pongue etc,
- d - Reunir-se ordinariamente, uma vez por semana e extraordinariamente sob convocação do Presidente quando haja motivo para tal.

ARTIGO 12 - AO PRESIDENTE COMPETE:

- a - Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias da Sociedade;
- b - Solucionar os casos não previstos por estes estatutos merecem pronta resolução, informando o ocorrido a Diretoria em sua primeira reunião,
- c - Superintender a ação dos demais Diretores,
- d - Representar a Sociedade em todas as ocasiões necessárias,
- e - Firmar conjuntamente com o Secretário todos os ofícios de importância,
- f - Firmar as atas de reuniões que presidir,
- g - Firmar com o tesoureiro todos os documentos que se referem a levantamento de fundos, pagamentos, balancetes e relatórios.

ARTIGO 13º - AO VICE-PRESIDENTE COMPETE:

- a - Auxiliar e substituir o Presidente em todas as suas faltas ou impedimentos, porém sem poderes para os atos Executivos,

ARTIGO 14º - AO 1º SECRETÁRIO COMPETE:

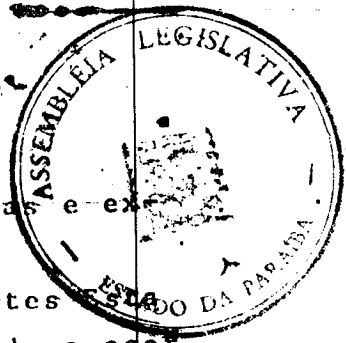
- a - Dirigir o expediente da Secretaria;
- b - Redigir e assinar ofícios, atas e demais documentos, avisos e editais,

ARTIGO 15º - AO 2º SECRETÁRIO COMPETE:

- a - Substituir o 1º Secretário na sua ausência e em todos os deveres e obrigações do mesmo,

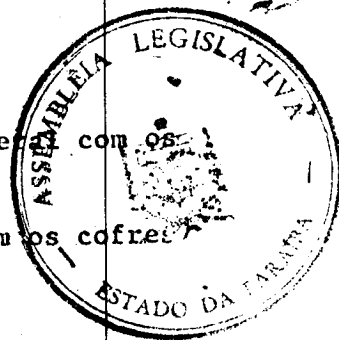
ARTIGO 16º - AO TESOUREIRO COMPETE:

- a - Arrecadar as mensalidades ou outras quaisquer importância, lançando-as no livro caixa e será responsável pela soma que ficar em seu poder,
- b - Efetuar pagamentos de despesas sempre com prévia autorização assinada pelo Presidente,
- c - Prestar contas até o dia 15 referente ao movimento financeiro do mês anterior,



Cont. do ART, 16º,

- d - Apresentar no fim do mandato um balanço geral com os documentos comprovantes;
- e - Indicar a Diretoria os sócios faltosos com os cofres da Sociedade,



ARTIGO 17º - AO DIRETOR ESPORTIVO COMPETE:

- a - Organizar quadro de esportes e jogos;
- b - Nomear promover capitães de quadros bem como propor a dispensas dos mesmos;
- c - Apresentar em reuniões da Diretoria, Licenças punições de qualquer assunto programado pela Sociedade.

CAPÍTULO IV DA ADMISSÃO DOS SÓCIOS

ARTIGO 18º - E condição essencial para ser sócio ter no mínimo 18 anos de idade;

- a - Quando um sócio for considerado menor de idade tornar se necessário a autorização dos pais ou tutor;
- b - As propostas de administração dos sócios serão firmados por qualquer associado em pleno gozo de seus direitos,

ARTIGO 19º - A PROPOSTA DEVERÁ CONSTAR:

- a - Nome por extenso do candidato;
- b - Data do nascimento;
- c - Nacionalidade e naturalidade;
- d - Estado Civil;
- e - Profissão,

CAPÍTULO V DOS SÓCIOS E SUAS CLASSES;

ARTIGO 20º - O quadro social será constituído das seguintes classes:

- a - Fundadores,
- b - Contribuintes,
- c - Atletas,
- d - Correspondentes,
- e - Beneméritos,

ARTIGO 21º - Ficam discriminadas as diversas categorias de sócios:

FUNDADORES: Os que assinaram a ata de Fundação da Sociedade;

CONTRIBUINTES: Os que pagam jórias e mensalidades;

ATLETAS: Os que se destinarem a praticar Esportes, e que obterem do Diretor Esportes parecer favorável mediante provas praticadas.

CORRESPONDENTES: Os que residem fora da Capital ou Estado.

BENEMÉRITOS: Os que tenham prestados relevantes serviços ou donativos a Sociedade superior a cz\$1,000,00 (hum mil cruzados),

CAPÍTULO VI

DEVERES DOS SÓCIOS

ARTIGO 23º -

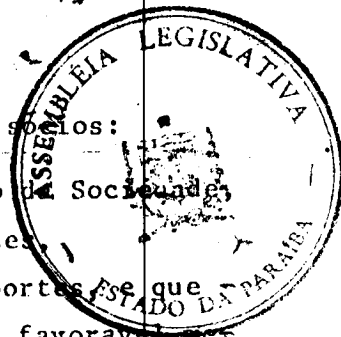
- a - Acatar e cumprir fielmente o que estipulam este Estatuto bem como o regulamento interno da sede e das deliberações ou atos da Diretoria.
- b - Aceitar cargos para os quais forem eleitos ou nomeados, salvo motivo excepcionais;
- c - Prestar apoio moral ou material a Sociedade,
- d - Votar ou ser votado quando maior de 21 anos, ou emancipado para qualquer cargo.
- e - Propor admissão de sócios contribuintes.

CAPÍTULO VII

DAS PENALIDADES,

ARTIGO 24º - Serão eliminados suspensos ou censurados os sócios que:

- a - Prejudicarem a Sociedade moral ou materialmente, portatam-se de modo inconveniente e provocarem distúrbios na sede;
- b - Não pagarem 03 (três) mensalidades consecutivas;
- c - Desacatarem os Diretores da Sociedade ou violarem os Estatutos regulamentos ou determinações da Diretoria;
- d - O sócio eliminado por falta de pagamento só poderá ser readmitido depois do parecer da Diretoria, aprovado pela maioria da Diretoria e pelo Conselho Deliberativo;
- e - A pena de eliminação de um sócio só poderá ser feita quando aprovado pela maioria da Diretoria;
- f - Não estão isento das mensalidades os sócios que estiverem suspensos de seus direitos.



CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS.

ARTIGO 25º - A sociedade não poderá ser dissolvido enquanto tiver 20 (vinte) sócios quites em pleno uso e gozo dos direitos conferidos pelos Estatutos.

ARTIGO 26º - No caso da dissolução da Sociedade por não haver o número de sócios mencionados no Art. 25 será nomeada uma comissão dentre os sócios existentes, que será o encargo de liquidatária a qual empregará o melhor dos seus esforços no sentido de evitar o desaparecimento da Sociedade, não conseguindo bem assim como os troféus, taças etc., A uma instituição de caridade puramente brasileira, a juízo da Diretoria ou a uma Sociedade congênere.

ARTIGO 27º - O presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação.

ARTIGO 28º - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria.

Aprovado em Sessão de Assembleia Geral realizada em 15 de Março de 1987.

A COMISSÃO

PRESIDENTE

VICE-PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO

2º SECRETÁRIO

3º SECRETÁRIO

1º TESOUREIRO

2º TESOUREIRO

1º COORDENADOR

2º COORDENADOR

1º FISCAL

2º FISCAL

3º FISCAL

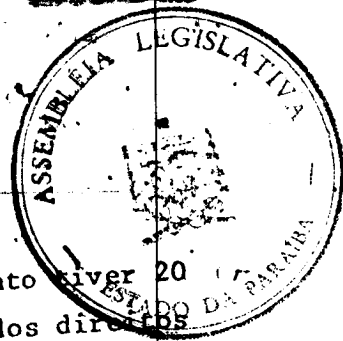
SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL

1º SUPLENTE

2º SUPLENTE

3º SUPLENTE

DIRETOR GERAL.



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

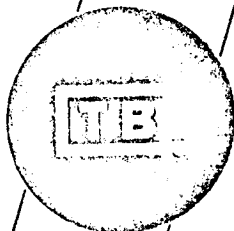
OFÍCIO PRIVATIVO

Oficial:

Dr. GERMANO CARVALHO TOSCANO DE BRITO

Substituto:

KLEBER CARVALHO TOSCANO



CARTORIO TOSCANO DE BRITO

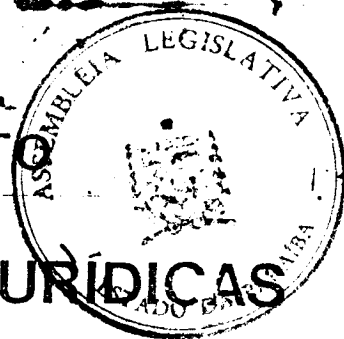
Rua Candido Pessoa - 31

58.000 - João Pessoa - Paraíba

Fone: (083) 222-1017

CARTÓRIO TOSCANO DE BRITO

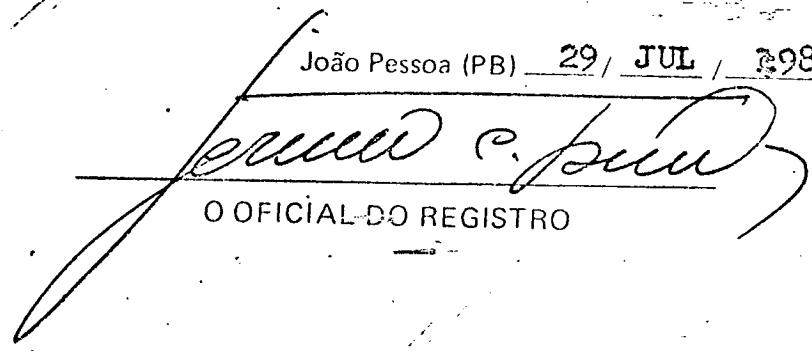
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS



CERTIDÃO

Certifico que nesta data foi Registrado o documento abaixo caracterizado sob o nº 49963 do Livro A 20 do Registro Civil das Pessoas Jurídicas. O Certificado é verdade. Dou Fé.

João Pessoa (PB) 29 / JUL / 1987


O OFICIAL DO REGISTRO

NATUREZA DO DOCUMENTO: REGISTRO DOS ESTATUTOS

ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS MORADORES DO CONJUNTO SÃO PAULO

D.O.E. DE: 26^a DE MAIO 1987

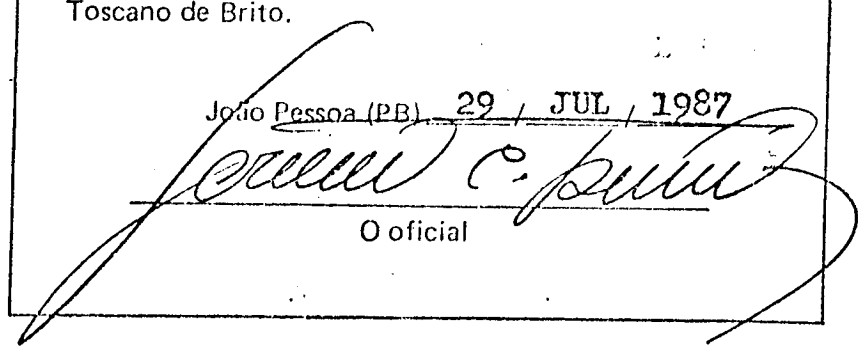
PÁGINA(S): 06

Apresentado hoje para Registro. Protocolado sob nº 49903 no Livro A nº 03.

Registrado sob nº 49963 no Livro A nº 20

do Registro Civil das Pessoas Jurídicas - Cartório Toscano de Brito.

João Pessoa (PB) 29 / JUL / 1987


O oficial

LEI Nº 6015 de 31 de dezembro de 1973

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS



TÍTULO III
CAPÍTULO I

Art. 114 — No Registro Civil das Pessoas Jurídicas serão inscritos:

I — Os contratos, os atos constitutivos, o estatuto ou compromisso das Sociedades Cíveis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, bem como o das fundações e das associações de utilidade pública ;

— As sociedades cíveis que revestirem as formas estabelecidas nas leis comerciais, salvo as anônimas.

Art. 119 — A existência legal das pessoas jurídicas só começa com o registro de seus atos constitutivos.

Parágrafo Único — Quando o funcionamento da sociedade depender de aprovação da autoridade, sem esta não poderá ser feito o registro.

Art. 121 — Para o registro serão apresentados dois exemplares do jornal oficial em que houver sido publicado o estatuto, compromisso ou contrato, além de um exemplar deste quando a publicação não for integral. Por aqueles se fará o registro mediante petição, com firma reconhecida do apresentante legal da sociedade, lançando o Oficial, nos dois exemplares, a competente Certidão do Registro, com o respectivo número de Ordem, Livro e folha, um dos quais será entregue ao apresentante e o outro arquivado em Cartório, rubricando o Oficial as folhas em que estiver impresso o contrato, compromisso ou estatuto.

Art. 122 — No Registro Civil das Pessoas Jurídicas serão matriculados:

I — Os jornais e demais publicações periódicas;

II — As oficinas impressoras de qualquer natureza pertencentes a pessoas naturais ou jurídicas;

III — As empresas de radiodifusão que mantenham serviços de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas;

IV — As empresas que tenham por objeto o agenciamento de notícias.

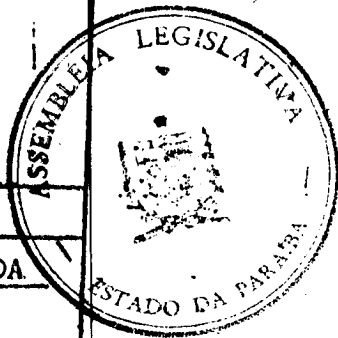
DE JOÃO PESSOA
JURIO TOSCANO DE BRITO
REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS
Rua Candido Pessoa 31 • Fone: 2221017

CARTORIO TOSCANO DE BRITO

049993

29 JUL 87

PROTOCOL
JOÃO PESSOA - PB



REGISTRO Nº

Requerente: ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS MORADORES DA
TRAVESSA SAO PAULO

Porto: A MESMA

Natureza do documento: REGISTRO DE SEUS ESTATUTOS

data do pedido: 29.07.87

data da entrega:

RECIBO

REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS

DE PESSOA JURÍDICA

300,00

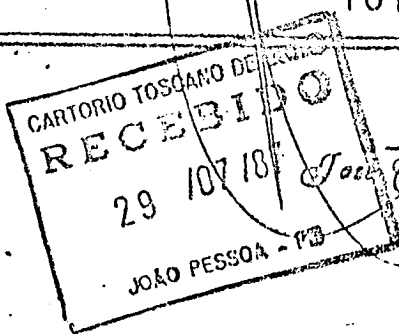
CERTIDÃO TITULOS E DOCUMENTOS

PESSOA JURÍDICA

OUTROS

TOTAL

300,00

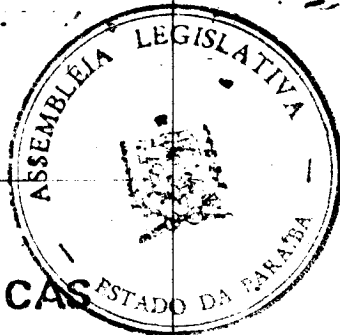


João Cláudio de Abranches



CARTÓRIO TOSCANO DE BRITO

Rua Candido Pessoa, 31 - Fone (083) 222-1017 - Telex (0032) 392 - CTBG-UR
JOÃO PESSOA - PARAÍBA



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

CERTIDÃO

CERTIFICO a pedido verbal de pessoa interessada, que
nesta data, foi registrado sob n.º 4 9 9 6 3, do Livro A 2 0
do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, a sociedade denominada: ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CONJUNTO SÃO PAULO.

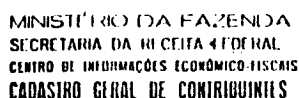
O referido é verdade e ao arquivo do Cartório se reporta.

Dou fé.

João Pessoa, 29 do julho do 1987

O Oficial do Registro





... C G C
FICHA DE INSCRIÇÃO
DO ESTABELECIMENTO-SEDE

0111 PARA USO DA PARTICIPACAO

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

1. CONSULTE O MANUAL DO CONTRIBUINTE C.G.C. AO PREENCHER ESTA FICHA.
2. PREENCHA-A A MAQUINA EM 3 (TRÊS) VIAS PERFEITAMENTE LEGÍVEIS.
3. NÃO PREENCHA OS QUADROS DE "USO DA REPARITAÇÃO"
4. DEIXE EM BRANCO OS ITENS EM QUE NADA TENHA A INFORMAR
5. APRESENTE TODAS AS VIAS AO ÓRGÃO DA SRF DA JURISDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO-SEDE.
6. PREENCHA OS CAMPOS DIVIDIDOS EM QUADRINHOS, COLOCANDO CADA LETRA DENTRO DE UM QUADRINHO, A COMEÇAR DO PRIMEIRO.

02 02 ETIQUETA PROTOCOLO DE C. G. C.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CADASTRO GERAL DE CONTRIBuintES

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CCE E

08 607 335/0001-84

* ESTA FICHA, QUANDO AUTENTICADA, SUBSTITUI O CARTÃO C. G. C. PELO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS, CONTADOS DA DATA DE RECEPÇÃO (QUADRO 14) OU DA ÚLTIMA DATA DE REVALIDAÇÃO APOSTA NO VERSO.

03	INFORMACOES GERAIS
----	--------------------

03 INSCRITO ANTERIORMENTE NO CEC? SIM 01 8 NAO 02 6 9

04 SOLICITAÇÃO DE BAIXA
HÁ MAIS DE 5 (CINCO) ANOS? SIM 03 ☒ NÃO 04 9 2

05 NUMERO DE INSCRIÇÃO ANTERIOR NO C.G.C.										O	
Nº BAS-CD					Nº ORDEM					CONTROLE	
					0	0	0	1			

04 RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS

ASSINALE COM "X" OS TRIBUTOS QUE A SEDE RECOLHER HABITUALMENTE

IMPOSTO DE RENDA (DECLARAÇÃO)	X	09	9
EXPORTAÇÃO		01	7
PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL		02	5
IMPORTAÇÃO		03	3
IMPOSTO DE RENDA (NA FONTE)		04	1
IPI		05	0
OPERAÇÕES FINANCEIRAS		06	8
SERVIÇOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES GERAL		07	6

05	INFORMAÇÕES FINANCEIRAS
----	-------------------------

CHAVE DE BALANÇO		PERCENTUAL DO CAPITAL	
1	2	01	02

FAIXA DE CAPITAL (Assinale com 'X')

MENOS DE R\$ 100.000	01	6	ENTRE R\$ 100.000 E R\$ 1.000.000	02	4	MAIS DE R\$ 1.000.000	03	2
-------------------------	----	---	--------------------------------------	----	---	--------------------------	----	---

06 NATUREZA JURIDICA

ASSINALE COM "X" A FORMA DE CONSTITUIÇÃO

EMPRESA PESSOAL (COMERCIO OU INDUSTRIA)	00 6				
SOCIEDADE EM NOME COLETIVO	01 4		EMPRESA PUBLICA		15 3
SOC POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LTDA	02 2		SOC. DE ECONOMIA MISTA		11 1
SOC. DE CAPITAL E INDUSTRIA	03 0		SOC. ANONIMA (CAPITAL FECHADO)		12 0
SOC. COMANDITA SIMPLES	04 9		SOC. ANONIMA (CAPITAL ABERTO)		15 8
SOC. EM COMANDITA POR AÇOES	05 7		EMPRESA COOPERATIVA (PRESTACAO DE SERVICOS)		14 6
SOC. CIVIL COM FINS LUCRATIVOS	06 5		FUNDACAO		15 4
SOC. EM CONTA DE PARTICIPACAO	07 3		ASSOCIACAO	X	15 2
SOC. COOPERATIVA	08 1		AUTARQUIA		17 0
FILIAL, SUCURSAL, AGENCIA DE EMPRESA SEDEADA NO EXTERIOR	09 0		ORGAO PUBLICO		18 9

07 ATIVIDADE PRINCIPAL DO ESTABELECIMENTO-SEDE

[illegible]

DE NOMINAÇÃO

FIRMA OU RAZÃO SOCIAL/ DENOMINAÇÃO COMERCIAL		A	S	S		C	O	M	U	N	I	T	A	R	I	A		O	O	S		M	O	R	A	D
O	R	E	S		D	O		C	O	N	J	U	N	T	O		S	A	O		P	A	U	L	O	

(14)	NOME DE FANTASIA

ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO - SEDE

15	TIPO (RUA, AV., ETC.)	16	NOME DO LUGRADOURO																
17	NÚMERO	08		18	COMPLEMENTO (ANDAR, SALA, ETC.)														
19	BARRIO OU DISTRITO	CENTRO																	
20	CEP	58305		21	SIGLA DA UF.														
22	MUNICÍPIO	BAYEN		23	CÓDIGO DO MUNICÍPIO	1032		24	CÓDIGO DA INST. LÓGICA										

10 PESSOA FISICA RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

INSCRIÇÃO NO CPT	NÚMERO BÁSICO									CONTROLE	
	6	3	3	7	5	4	5	1	4	1	5

3 NOME

MARIA ARCANJO DE BARROS NOGUEIRA

11 ASSUMA TOTAL RESPONSABILIDADE COM PIENO CONHECIMENTO DO DISPOSTO NA REGISTRAÇÃO VIGENTE

DATA

15 de Março de 1987

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL
PELO O MANEJO DA FAZENDA

Maria Ancaia de Barros Figueira

12 CONTROLE DE REMESSA DE DOCUMENTOS

1	FORM USED LO OFFER RECEPTION	COUNT				7	DAYS	HOURS	MINUTES	SECONDS
		1	2	3	4					
		1	2	3	4	5	6	7	8	9

13 30 RECEPÇÃO NO ORGÃO DA JURISDIÇÃO DA SEDE
CAMBIO DO ORGÃO MUNICÍPIO DO FUNCIONÁRIO

42402/2175
20 / 09 / 82
ARF - Sta. Rita

14 PARA USO DO ORGAO LOCAL DA JURISDIÇÃO DA SEDE

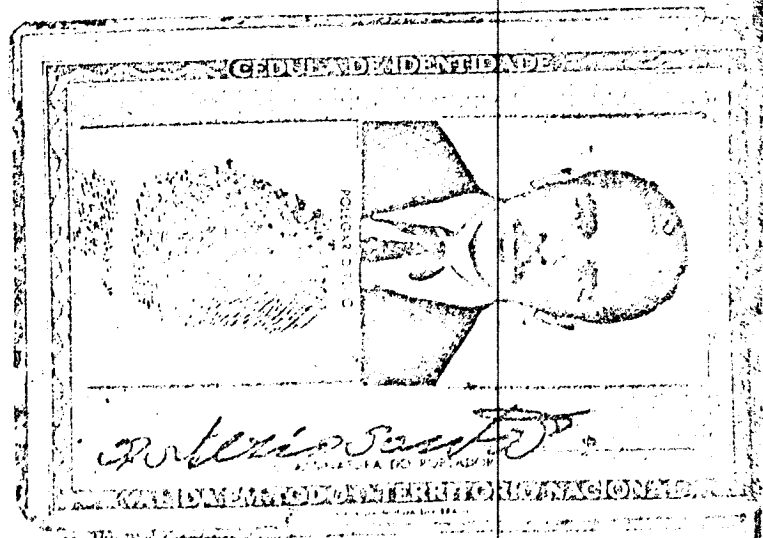
1	DATA DE EMISSÃO	27/09/87	2	NÚMERO DO TUBO	2.102.079-V
---	-----------------	----------	---	----------------	-------------

ATO DECLARATORIO N.º 00.986 - 432/73 - NURIEP - Instrução Normativa SRF N.º 24, de 8/8/73 - CPÁF. MUTO LTDA. - C. O. C. 45.200.981/000
Rua Abolição, 209 -- CAMPINAS -- SP

ALIAS SOCIAL: ASSOCIAÇÃO
COMUNITARIA DOS NEGRO-
S DO COMUNITO
SAO PAULO



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	477.214-29 Via
DATA DE EMISSÃO	23.10.1986
NOME MARIA ARCANJO DE BARROS NOGUEIRA	
FILIAÇÃO	Severino Mariano de Barros Severina Maria da Conceição
NATURALIDADE	Sapé-PB.
DATA DE NASCIMENTO	24.05.1985
DOC ORIGIN	Cert. Cas. Nº 3.994-Fls. 132-Liv 06"E"-Cart. de Bayeux-PB.
CNPJ	
João Pessoa - PB	
LEI Nº 7.116 DE 29-02-83	



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA
INSTITUTO DE POLICIA CIENTIFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICACAO

PI-3

Maria das Graças de Barros Nogueira
ASSINATURA DO TITULAR

ARTEIRA DE IDENTIDADE

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA

REGISTRO CIVIL 372.722

ANTONIO SANTOS

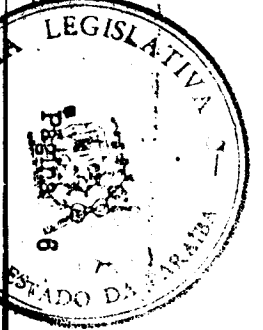
colides Antonio dos Santos
Mia Luzia dos Santos

colides A. RN 03/05/1956

NATURALIDADE 13/11/1978

DATA DO NASCIMENTO

LOCAL DO NASCIMENTO



DIÁRIO OFICIAL — Terça-feira, 23 de maio de 1967

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 14-44.000,000 ações ordinárias, classe "A", 531 Art. 6º, inciso I, alínea "a", e 11-45.000,000 ações preferenciais, classe "B", 531 Art. 6º, inciso I, alínea "b". A subscrição e a integralização dos recursos do Fundo de Investimentos do Estado de São Paulo, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico do Estado, são de responsabilidade dos investidores, sem prejuízo da responsabilidade dos órgãos competentes. A subscrição e a integralização dos recursos do Fundo de Investimentos do Estado de São Paulo, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico do Estado, são de responsabilidade dos investidores, sem prejuízo da responsabilidade dos órgãos competentes. A subscrição e a integralização dos recursos do Fundo de Investimentos do Estado de São Paulo, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico do Estado, são de responsabilidade dos investidores, sem prejuízo da responsabilidade dos órgãos competentes.

Estatutos dos Estatutos Sociais

Matr. Social Associação dos Moradores do Conjunto São Paulo
Bayeux - Pb.

Endereço Travessa São Paulo 66 - Bayeux - Pb.
Prazo de duração Indeterminado

Capítulo I - Denominação, sede, e fins. estão inseridos nos artigos 1º ao 3º - Capítulo II e III - Da administração e seus órgãos, do artigo 4º ao artigo 17º - Capítulo IV - Da admissão dos sócios
Artigo 13º ao artigo 19º - Capítulo V - Dos sócios e suas classes
Artigo 20º ao artigo 21º - Capítulo VI - Deveres dos Sócios
Artigo 22º - Capítulo VII - Das penalidades. Artigo 24º ao artigo 28º - A COMISSÃO

SIO PAUL S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS
Corporação Anônima
CCE/SP nº 02.211.225/0001-24

Data, Hora e Local - As Assembleias que esta ata descreve realizaram-se no dia 30 de Abril de 1967, às 15:00 horas, na sede social da Companhia e Rua Almeida Barreto, 557, São José, nesta cidade da Capital Grande.

Constituição - Os acionistas foram convocados para as assembleias mediante convocação publicada nas edições do Diário Oficial do Estado e do Jornal da Manhã que circularam nos dias 22, 23 e 24 do corrente mês de Abril, sendo o teor da convocação o seguinte:

SIO PAUL S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS CCE/SP nº 02.211.225/0001-24 ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA CONVOCADA PARA OS SEABORES ACIONISTAS DA SIO PAUL S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS convocada a participar das assembleias gerais Ordinária e Extraordinária, que, cumulativamente, se realizaram no período de 30, às 15:00 horas, na sede social da Companhia na Rua Almeida Barreto, 557, Capital Grande, Paróquia, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: 1) Em Assembleia Geral Ordinária 1. As contas da Administração, Relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras e Estatísticas da Companhia relativos ao exercício social de 1966. 2. Destinação do resultado do exercício social de 1966. 3. Outorga de poderes ao Conselho de Administração e respectiva capitalização nos termos do artigo 167 da Lei 6.404/76, e modificação do estatuto da Companhia. 4. Eleição dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

emissão de ações e de bonos de subordinação, dentro do capital autorizado, ficando esta competência reservada, podendo deliberar o Conselho de Administração da Companhia em Assembleia Geral Ordinária, e, em caso de emergência, o Conselho de Administração, a critério do Presidente do Conselho de Administração, a qual foi lida nos presentes e foi por todos aprovada. Capital Grande, 30 de Abril de 1967. José Carlos da Silva Júnior - Presidente do Conselho de Administração - João Carlos Monteiro - Secretário.

Assinatura
JOSÉ CARLOS DA SILVA JÚNIOR
Presidente do Conselho de Administração
Assinatura
JOÃO CARLOS MONTEIRO
Secretário

LEI MERCANTIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DIREÇÃO REGIONAL DE CAMPINA GRANDE

CERTIDÃO

Atesta-se que a Companhia S/A - Indústria e Comércio de Alimentos, inscrita no Registro no Estado de São Paulo sob N.º 25.3.0000175, sob despacho de 20/04/67, a fim de sua Autarquia Carol AGS e 100, em 04/05/67, com o nome 03, inscrita no DÍARIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, de 25/05/67, de 26/05/67.

CONTEÚDO
Visto e assinado em 23/05/67
Assessor Administrativo

ESTATUTO SOCIAL - ORDEM PRESIDENCIAL DE MONTAZZO Capítulo I - Do nome, fundo e duração. Art. 1º - A empresa presidenciará (MONTAZZO) e sua sociedade capitalizada no dia 02 de fevereiro de 1967. Art. 2º - A duração e por tempo indeterminado, devendo reger-se pelos Estatutos. Capítulo II - Das finalidades. Art. 3º - A finalidade da empresa é a produção e comercialização de alimentos e bebidas. Art. 4º - O atendimento que venha a suprir as necessidades básicas da empresa será o primeiro e o mais próximo. Art. 5º - O lucro líquido, após o pagamento das despesas administrativas e de manutenção, será distribuído entre os acionistas, de acordo com o valor de suas ações, e o valor de sua participação.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO BAIRRO SÃO PAULO
FUNDADA EM 15 DE MARÇO DE 1987, com 20 pessoas
Sede Provisória - Travessa São Paulo, nº - 88



PRESIDENTE: Maria Arcanjo de Barros Nogueira
(MARIA ARCANJO DE BARROS NOGUEIRA)

VICE-PRESIDENTE: Asterio Santos
(ASTERIO SANTOS)

1º SECRETARIO Antenor José Barbosa
(ANTENOR JOSÉ BARBOSA)

2º SECRETARIO Solange da Barros
(SOLANGE DE BARROS)

3º SECRETARIO Severina da Silva Santos
(SEVERINA DA SILVA SANTOS)

1º TESOUREIRO Severino de Ramos de Souza
(SEVERINO RAMOS DE SOUZA)

2º TESOUREIRO Maria de Fatima Ramos
(MARIA DE FATIMA RAMOS)

SUPLENTE DA MESA

1º Rozangela de Barros
2º Benedita Barão da Silva
3º Antônio Catarina

CONSELHO DELIBERATIVO

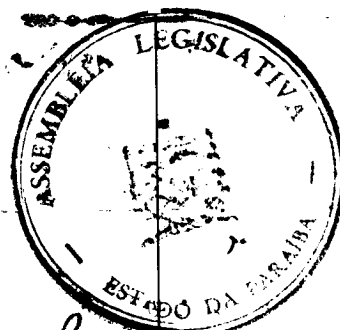
1º João Antonio Ramos
2º Marina Felice dos Santos
3º Francisco Alves dos Santos
4º Manoel Jacqueline da Silva
5º Antônio Gláudio dos Santos
6º Marcos Antonio de Barros
7º Wagner Luiz Pereira de Souza

CONSELHO FISCAL

1º Josefa Maria de Santos
2º S. Julio Alves de Santos
3º Amélia Maria de Sousa

721742

SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL



1º

Sebastião Sifício de Araújo

2º

Luiz Carlos Sifício

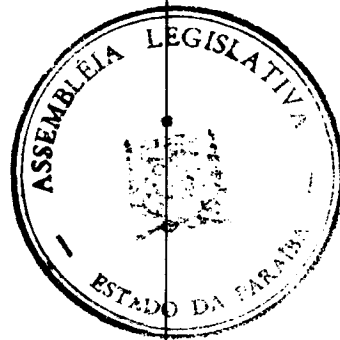
3º

Maria Lúcia Sifício

DIRETOR GERAL

E. Chagas

EURIPEDES FRANCISCO DAS CHAGAS



Registrado no Livro de Plenário
às Fls. 80 Sob No 80/87
em, 29 / 09 / 19 87
maio

Publicado no Diário do Poder
Legislativo do Dia 24/09/87
de 19 _____
em _____ / _____ / 19 _____

SECRETÁRIO

A Coordenadoria das Comissões
Técnicas.

em, 29 / 09 / 19 87
maio

A Comissão de Constituição, Legis-
lação e Justiça.

Em _____ / _____ / 19 _____

1º SECRETÁRIO

AO EXPEDIENTE DO DIA

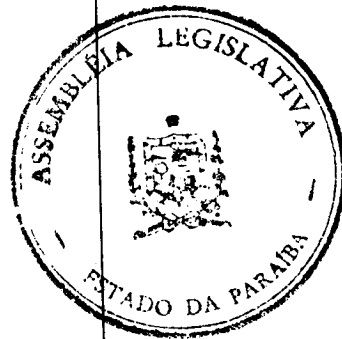
93 de 09 de 1987.

Em 93 de 09 de 1987.

1.º SECRETÁRIO



ESTADO DA PARAIBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
CASA DE EPIFÂNIO PESSOA



João Pessoa - Pb.

PROJETO DE LEI Nº 80 / 87.

RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA A
ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS MORAD
RES DO CONJUNTO SÃO PAULO.

Art. 1º Fica reconhecida de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS MORADORES DO CONJUNTO SÃO PAULO. com sede provisória à Trav. São Paulo, 88. no município de BAYEUX.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revoga das as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 22 de Setembro de 1987.

ROBERTO PAULINO
Dep. Estadual

J U S T I F I C A T I V A:

Fundada em 15 de março de 1987 e constituída como Sociedade Civil sem fins lucrativos. A ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS MORADORES DO CONJUNTO SÃO PAULO; tem como finalidade voltada principalmente para a EDUCAÇÃO, ESPORTE e LAZER, bem como promover o desenvolvimento do Bairro no que diz respeito a; Saneamento, Iluminação Pública, Causamento e na area de Saude

Sala das Sessões, 22 de Setembro de 1987.

ROBERTO PAULINO
Dep. Estadual.

Aprovado em 12 de 12 de 1987
EM. 12 de 12 de 1987

1º SECRETÁRIO

Aprovado o Projeto Em 12 de 12 de 1987

Discutido e aprovado em 12 de 12 de 1987

WALDIR BEZERRA

12 de 12 de 1987

1º SECRETÁRIO

Constatou do Expediente
Em 23 Setembro 1987
[Signature]
DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

ABRIL 1987
ESTADO DA BAHIA
CORRETORETO

REMETIDO AO DEPARTAMENTO DE
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
Em 23 Setembro 1987
[Signature]
DIR. DEP. DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CONJUNTO SÃO PAULO



ESTATUTO SOCIAIS

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E FINS

ARTIGO 1º - Com denominação social de ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CONJUNTO SÃO-PAULO, nesta Cidade de Bayeux-Pb, é fundada em 15 de Março de 1987 e constituída como Sociedade Civil sem fins lucrativos, com sede provisória na Trav. São Paulo nº 88, compõem-se de indeterminados números de sócios sem distinção de cor, opiniões partidária Política ou Religião, regendo-se por este Estatuto, e tem por fim:

- a - Cultivar a função social dentro de suas possibilidades financeiras;
- b - Realizar e participar de festas sociais com as sociedades congêneres;
- c - Filiar-se a qualquer entidade comunitária e critério de sua Diretoria;
- d - Manter uma sede com o necessário para diversões e encontros com a comunidade.

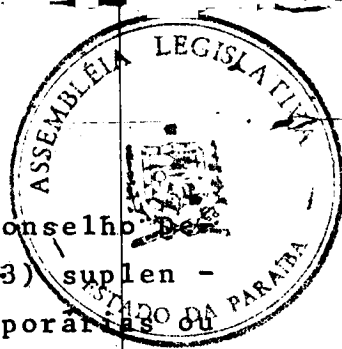
ARTIGO 2º - É proibido qualquer manifestação política, Religiosa ou de classes.

ARTIGO 3º - A sociedade adotará as cores preto e vermelho.

CAPÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO E SEUS ÓRGÃOS

ARTIGO 4º - A sociedade só será administrado por um (01) Conselho Deliberativo, eleito pela Assembleia Geral de todos os sócios quites maiores de 21 anos, composto de cinco (05) membros, dentre os quais 2/3 pelo menos devem ser constituídos de Brasileiros natos ou naturalizados, sendo 1/3 (um terço) pelo menos formados de sócios contribuintes.



PARAGRÁFO I - Conjuntamente com os membros do Conselho Deliberativo, serão eleitos tres (03) suplentes para preencherem as vagas temporárias ou definitivas.

PARAGRÁFO II - O Conselho Deliberativo, seráo Órgão soberano da Sociedade através do qual os sócios se manifestarão coletivamente.

PARAGRÁFO III - Ao Conselho Deliberativo compete;

- a - Eleger o Presidente e Vice-Presidente da Diretoria;
- b - Eleger o Conselho Fiscal, composto de cinco (05) membros sendo dois (02) suplentes,
- c - Aprovar os Estatutos e eventuais reformas do mesmo,
- d - Exigir do Presidente da Diretoria, a obrigatoria apresentação do balancete mensal, balanço semestral, e um minucioso relatório anual de todos os atos e fatos administrativos, juntamente com o balanço financeiro correspondente a cada exercício.

PARAGRÁFO IV - O Conselho Deliberativo se reunirá uma vez por mês para prestações de contas do Presidente da Diretoria, de conformidade com a letra "d" do parágrafo 3º ou a requerimento da maioria dos sócios contribuintes, e quites com os cofres da sociedade,

PARAGRÁFO V - O Conselho Deliberativo funcionará em primeira convocação com a presença de 2/3 de seus membros e em segunda convocação com qualquer número,

PARAGRÁFO VI - O tempo do mandato do Conselho Deliberativo será 02 (dois) anos terminando sempre no dia 10 (dez) de novembro do último ano de sua gestão,

ARTIGO 5º - O Presidente da Diretoria, eleito pelo Conselho Deliberativo, designará por sua vez os demais membros da mesma.

ARTIGO 6º - O Conselho Fiscal compõem-se de 03 (três) membros.

PARÁGRAFO ÚNICO - Compete ao Conselho Fiscal:

- a - Acompanhar a fiscalização a gestão financeira da administração;
- b - Exarar em todos os balanços o seu parecer autenticado com a assinatura de cada membro.

CAPÍTULO III

ARTIGO 7º - A Diretoria compõem-se de 06 (seis) membros:

- a - Presidente;
- b - Vice-Presidente;
- c - 1º Secretário;
- d - 2º Secretário;
- e - Tesoureiro;
- f - Diretor da Associação.

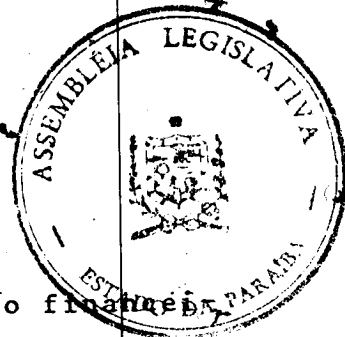
ARTIGO 8º - O mandato da Diretoria será de 02 (dois) anos, podendo os mesmos serem reeleitos.

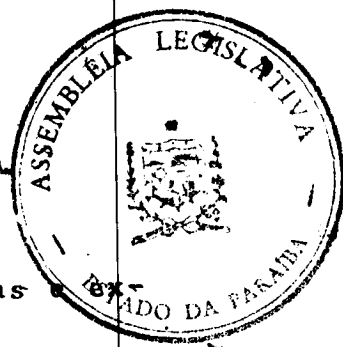
ARTIGO 9º - As Eleições e posse da Diretoria será sempre no mês de novembro.

ARTIGO 10º - O Diretor que não comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas sem motivos justificados perderá seu mandato e o Presidente nomeará outro para substituí-lo.

ARTIGO 11º - São Atribuições da Diretoria:

- a - Aceitar propostas para novos sócios, podendo recusar depois de julgadas bem como conceder ou rejeitar a exoneração dos mesmos do quadro social, aplicar penas disciplinares de acordo com os Estatutos;
- b - Organizar e modificar regulamentos afim de manter em boa ordem os serviços internos e externos da Sociedade;
- c - Instituir jogos de futebol, voleibol, pingue-pongue etc;
- d - Reunir-se ordinariamente, uma vez por semana e extraordinariamente sob convocação do Presidente quando haja motivo para tal.





ARTIGO 12 - AO PRESIDENTE COMPETE:

- a - Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias da Sociedade;
- b - Solucionar os casos não previstos por estes Estatutos merecem pronta resolução, informando o ocorrido a Diretoria em sua primeira reunião,
- c - Superintender a ação dos demais Diretores,
- d - Representar a Sociedade em todas as ocasiões necessárias,
- e - Firmar conjuntamente com o Secretário todos os ofícios de importância,
- f - Firmar as atas de reuniões que presidir,
- g - Firmar com o tesoureiro todos os documentos que se referem a levantamento de fundos, pagamentos, balancetes e relatórios.

ARTIGO 13º - AO VICE-PRESIDENTE COMPETE:

- a - Auxiliar e substituir o Presidente em todas as suas faltas ou impedimentos, porém sem poderes para os atos Executivos.

ARTIGO 14º - AO 1º SECRETÁRIO COMPETE:

- a - Dirigir o expediente da Secretaria;
- b - Redigir e assinar ofícios, atas e demais documentos, avisos e editais,

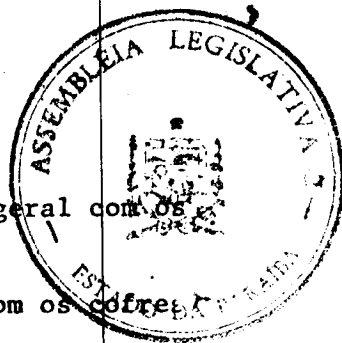
ARTIGO 15º - AO 2º SECRETÁRIO COMPETE:

- a - Substituir o 1º Secretário na sua ausência e em todos os deveres e obrigações do mesmo,

ARTIGO 16º - AO TESOUREIRO COMPETE:

- a - Arrecadar as mensalidades ou outras quaisquer importância, lançando-as no livro caixa e será responsável pela soma que ficar em seu poder,
- b - Efetuar pagamentos de despesas sempre com prévia autorização assinada pelo Presidente,
- c - Prestar contas até o dia 15 referente ao movimento financeiro do mês anterior,

Cont. do ART, 16º,



- d - Apresentar no fim do mandato um balanço geral com os documentos comprovantes;
- e - Indicar a Diretoria os sócios faltosos com os cofres da Sociedade.

ARTIGO 17º - AO DIRETOR ESPORTIVO CÔMPETE:

- a - Organizar quadro de esportes e jogos;
- b - Nomear promover capitães de quadros bem como propor a dispensas dos mesmos;
- c - Apresentar em reuniões da Diretoria, Licenças punições de qualquer assunto programado pela Sociedade.

CAPÍTULO IV DA ADMISSÃO DOS SÓCIOS

ARTIGO 18º - É condição essencial para ser sócio ter no mínimo 18 anos de idade;

- a - Quando um sócio for considerado menor de idade tornar se necessário a autorização dos pais ou tutor;
- b - As propostas de administração dos sócios serão firmados por qualquer associado em pleno gozo de seus direitos,

ARTIGO 19º - A PROPOSTA DEVERÁ CONSTAR:

- a - Nome por extenso do candidato;
- b - Data do nascimento;
- c - Nacionalidade e naturalidade;
- d - Estado Civil;
- e - Profissão,

CAPÍTULO V DOS SÓCIOS E SUAS CLASSES;

ARTIGO 20º - O quadro social será constituído das seguintes classes:

- a - Fundadores,
- b - Contribuintes,
- c - Atletas,
- d - Correspondentes,
- e - Deneméritos,



ARTIGO 21º - Ficam discriminadas as diversas categorias de sócios:

FUNDADORES: Os que assinaram a ata de Fundação da Sociedade,

CONTRIBUINTES: Os que pagam jórias e mensalidades,

ATLETAS: Os que se destinarem a praticar Esportes, e que -
obterem do Diretor Esportes parecer favorável me-
diante provas praticadas.

CORRESPONDENTES: Os que residem fora da Capital ou Estado.

BENEMÉRITOS: Os que tenham prestados relevantes serviços ou-
donativos a Sociedade superior a cz\$1,000,00 -
(hum mil cruzados),

CAPÍTULO VI

DEVERES DOS SOCIOS

ARTIGO 23º -

- a - Acatar e cumprir fielmente o que estipulam este Estatuto
bem como o regulamento interno da sede e das deliberações
ou atos da Diretoria.
- b - Aceitar cargos para os quais forem eleitos ou nomeados, sal-
vo motivo excepcionais;
- c - Prestar apoio moral ou material a Sociedade,
- d - Votar ou ser votado quando maior de 21 anos, ou emancipa-
do para qualquer cargo,
- e - Propor admissão de sócios contribuintes.

CAPÍTULO VII

DAS PENALIDADES,

ARTIGO 24º - Serão eliminados suspensos ou censurados os sócios que:

- a - Prejudicarem a Sociedade moral ou materialmente, porta-
tarem-se de modo inconveniente e provocarem distúrbios na
sede;
- b - Não pagarem 03 (três) mensalidades consecutivas;
- c - Desacatarem os Diretores da Sociedade ou violarem os Es-
tatutos regulamentos ou determinações da Diretoria;
- d - O sócio eliminado por falta de pagamento só poderá ser -
readmitido depois do parecer da Diretoria, aprovado pela maioria
maioria da Diretoria e pelo o Conselho Deliberativo;
- e - A pena de eliminação de um sócio só poderá ser feita quan-
do aprovado pela maioria da Diretoria;
- f - Não estão isento das mensalidades os sócios que estive-
rem suspensos de seus direitos.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS.

ARTIGO 25º - A sociedade não poderá ser dissolvido enquanto tiver 20 (vinte) sócios quites em pleno uso e gozo dos direitos conferidos pelos Estatutos,

ARTIGO 26º - No caso da dissolução da Sociedade por não haver o número de sócios mencionados no Art. 25 será nomeada uma comissão dentre os sócios existentes que será o encargo de liquidatária a qual empregará o melhor dos seus esforços no sentido de evitar o desaparecimento da Sociedade não conseguindo bem assim como os troféus, taças etc., A uma instituição de caridade puramente brasileira, a juízo da Diretoria ou a uma Sociedade congênere,

ARTIGO 27º - O presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação,

ARTIGO 28º - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria,

Aprovado em Sessão de Assembleia Geral realizada em 15 de Março de 1987,

A COMISSÃO

PRESIDENTE

VICE-PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO

2º SECRETÁRIO

3º SECRETÁRIO

1º TESOUREIRO

2º TESOUREIRO

1º COORDENADOR

2º COORDENADOR

1º FISCAL

2º FISCAL

3º FISCAL

SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL

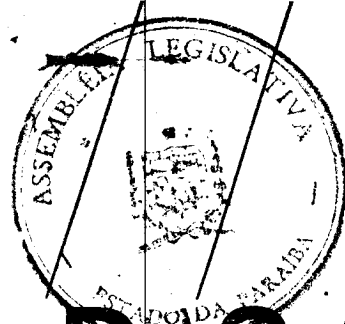
1º SUPLENTE

2º SUPLENTE

3º SUPLENTE

DIRETOR GERAL.





REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

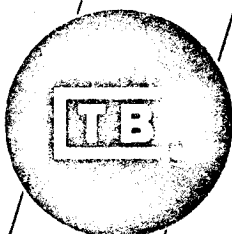
OFÍCIO PRIVATIVO

Oficial:

DR. GERMANO CARVALHO TOSCANO DE BRITO

Substituto:

KLEBER CARVALHO TOSCANO



CARTORIO TOSCANO DE BRITO

Rua Candido Pessoa - 31

58.000 - João Pessoa - Paraíba

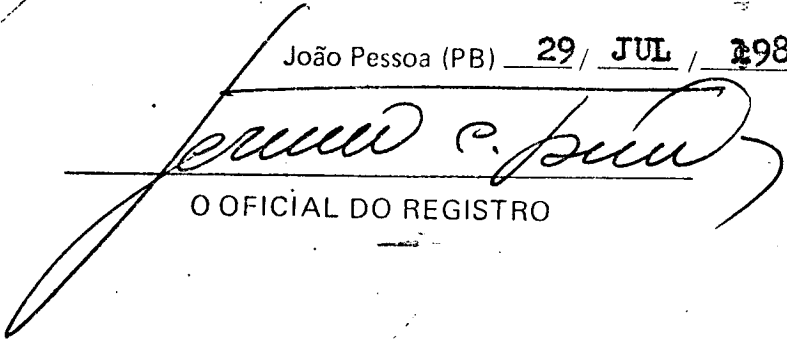
Fone: (083) 222-1017

CARTÓRIO TOSCANO DE BRITO
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

CERTIDÃO

Certifico que nesta data foi Registrado o documento abaixo caracterizado sob o nº 49963 do Livro A 20 do Registro Civil das Pessoas Jurídicas. O Certificado é verdade. Dou Fé.

João Pessoa (PB) 29 / JUL / 1987


O OFICIAL DO REGISTRO

NATUREZA DO DOCUMENTO: REGISTRO DOS ESTATUTOS

ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS MCRADORES DO CONJUNTO SÃO PAULO

D.O.E. DE: 26 DE MAIO 1987

PÁGINA(S): 06

Apresentado hoje para Registro. Protocolado sob nº 49903 no Livro A nº 03.
Registrado sob nº 49963 no Livro A nº 20
do Registro Civil das Pessoas Jurídicas - Cartório
Toscano de Brito.

João Pessoa (PB) 29 / JUL / 1987


O oficial

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS



Nêste Cartório todos os documentos apresentados são Registrados em Livros próprios ficando **REGISTRADOS INTEGRALMENTE** e perpetuados, em seu inteiro teor, em sua forma original com tôdas as suas características, assinaturas, quaisquer acréscimos, alterações, entrelinhas, ressalvas, podendo ser reproduzidos a qualquer tempo, fielmente, mediante Certidões, deste Cartório, para todos os efeitos jurídicos.

AS CERTIDÕES do Registro Civil das Pessoas Jurídicas extraídas do Registro Integral valem como os próprios originais.

(Cód. Civil Arts. 137 e 138; Lei nº 6.015, de 1973 — Lei de Registros Públicos - Art. 161)

AS CERTIDÕES do Registro Civil das Pessoas Jurídicas extraídas datilograficamente ou por processo reprográfico de registros integrais, feitos por meio de microfilmagem, com lançamentos remissivos em seus Livros, valem como os próprios originais, produzindo os mesmos efeitos jurídicos e probantes em juízo ou fora dele.

(Cód. Civil Arts. 137 e 138; Lei nº 6.015 - Lei de Registros Públicos - Arts. 19 § 1º, 141 e 161; Lei nº 5.433 Lei de Microfilmagem - Art. 1º § 1º)



CARTÓRIO TOSCANO DE BRITO

Rua Candido Pessoa - 31 - Fone (083) 222-1017 - Telex (0832) 392 - CTBG BR
JOÃO PESSOA — PARAÍBA

LEI Nº 6015 de 31 de dezembro de 1973

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

TÍTULO III CAPÍTULO I

Art. 114 — No Registro Civil das Pessoas Jurídicas serão inscritos:

I — Os contratos, os atos constitutivos, o estatuto ou compromisso das Sociedades Cíveis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, bem como o das fundações e das associações de utilidade pública ;

— As sociedades cíveis que revestirem as formas estabelecidas nas leis comerciais, salvo as anônimas.

Art. 119 — A existência legal das pessoas jurídicas só começa com o registro de seus atos constitutivos.

Parágrafo Único — Quando o funcionamento da sociedade depender de aprovação da autoridade, sem esta não poderá ser feito o registro.

Art. 121 — Para o registro serão apresentados dois exemplares do jornal oficial em que houver sido publicado o estatuto, compromisso ou contrato, além de um exemplar deste quando a publicação não for integral. Por aqueles se fará o registro mediante petição, com firma reconhecida do apresentante legal da sociedade, lançando o Oficial, nos dois exemplares, a competente Certidão do Registro, com o respectivo número de Ordem, Livro e folha, um dos quais será entregue ao apresentante e o outro arquivado em Cartório, rubricando o Oficial as folhas em que estiver impresso o contrato, compromisso ou estatuto.

Art. 122 — No Registro Civil das Pessoas Jurídicas serão matriculados:

- I — Os jornais e demais publicações periódicas;
- II — As oficinas impressoras de qualquer natureza pertencentes a pessoas naturais ou jurídicas;
- III — As empresas de radiodifusão que mantenham serviços de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas;
- IV — As empresas que tenham por objeto o agenciamento de notícias.

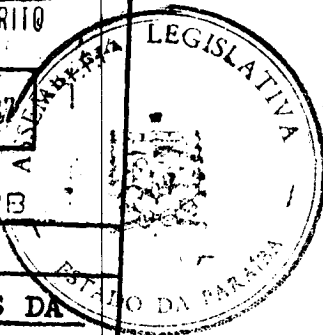
DE JOÃO PESSOA
CARTÓRIO TOSCANO DE BRITO
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua Candido Pessoa 31 - Fone: 2221017

CARTÓRIO TOSCANO DE BRITO
REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

049993

29 JUL 87

PROT. COL
JOÃO PESSOA - PB



REGISTRO Nº

Requerente: ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS MORADORES DA
TRAVESSA SAO PAULO

Por: A MESMA

Natureza do documento: REGISTRO DE SEUS ESTATUTOS

data do pedido: 29.07.87

data da entrega:

RECIBO

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

" DE PESSOA JURÍDICA

300,00

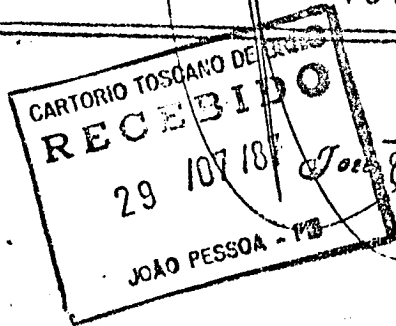
CERTIDÃO TÍTULOS E DOCUMENTOS

" PESSOA JURÍDICA

OUTROS

TOTAL

300,00



João Claudimir
funcionário
Cartório de Abrantes

RIZA SOCIAL: ASSOCIAÇÃO
COMUNITARIA DOS MORA-
DORES DO CONJUNTO
SÃO PAULO.

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	477.214-28 Via	DATA DE EXPEDIENTE	23.10.1986
NOME	MARIA ARCANJO DE BARROS NOGUEIRA		
FILIAÇÃO	Severino Mariano de Barros Severina Maria da Conceição		
NATURALIDADE	Sapé-PB.	DATA DE NASCIMENTO	24.05.1935
DOC. ORIGEM	Cert. Cas. Nº 3.994-Fls. 132-Liv. 06"E"-Cart. de Bayeux-PB.		
CPF			
Local Presença	PB		

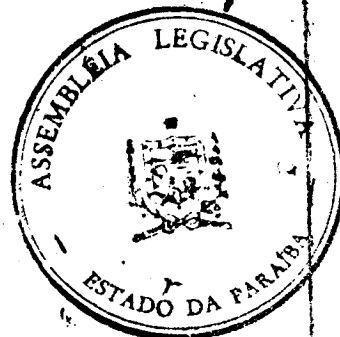
LEI Nº 7.116 DE 29-08-83

CEDULA DE IDENTIDADE

POSCAR D. L. O.

Assinatura do Portador

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

PI-3

Maria Ascensão de Barros Aguiar
ASSINATURA DO TITULAR

ARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

REGISTRO GERAL 372.722

NOME **EUCLIDES ANTONIO DOS SANTOS**

Euclides Antonio dos Santos

Maria Luzia dos Santos

Parelhas - RN - **03/05/1956**

NATURALIDADE **13/11/1978** DATA DO NASCIMENTO

JOÃO PESSOA, PB

PROTECTOR

AMBIADA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CENTRO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS
CADASTRO GERAL DE CONTRIBUÍNTES

C G C
FICHA DE INSCRIÇÃO
DO ESTABELECIMENTO-SEDE

01 01 PARA USO DA PARTICIPAÇÃO

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- 1 - CONSULTAR O MANUAL DO CONTRIBUINTE C.G.C. AO PREENCHER ESTA FICHA.
- 2 - PREENCHA-A A MÁQUINA, EM 3 (TRES) VIAS PERFEITAMENTE LEGÍVEIS.
- 3 - NÃO PREENCHA OS QUADROS DE "USO DA REPARTIÇÃO".
- 4 - DEIXE EM BRANCO OS ITENS EM QUE NADA TENHA A INFORMAR.
- 5 - APRESENTE TODAS AS VIAS AO ORGÃO DA SRF DA JURISDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO-SEDE.
- 6 - PREENCHA OS CAMPOS DIVIDIDOS EM QUADRINHOS, COLOCANDO CADA LETRA DENTRO DE UM QUADRINHO, A COMEÇAR DO PRIMEIRO.

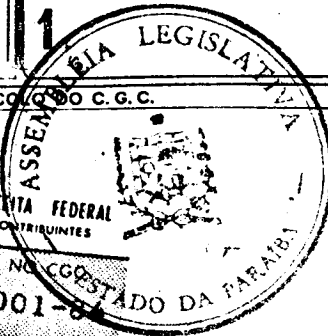
02 02

ETIQUETA PROTOCOLO DO C.G.C.



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CADASTRO GERAL DE CONTRIBUÍNTES

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO C.G.C.
08 607 335/0001-8



* ESTA FICHA, QUANDO AUTENTICADA, SUBSTITUI O CARTÃO C. G. C. PELO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS, CONTADOS DA DATA DE RECEPÇÃO (QUADRO 14) OU DA ÚLTIMA DATA DE REVALIDAÇÃO APOSTA NO VERSO.

03 INFORMAÇÕES GERAIS

03	INSCRITO ANTERIORMENTE NO C.G.C.?	SIM	01 8	NÃO	X 02 6
04	SOLICITAÇÃO DE BAIXA HÁ MAIS DE 5 (CINCO) ANOS?	SIM	03 0	NÃO	04 9
05	NÚMERO DE INSCRIÇÃO ANTERIOR NO C.G.C.	N.º BÁSICO		N.º ORDEM	0 0 0 1

05 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

07	N.º DE BALANÇO	08	PERCENTUAL DO CAPITAL
1 2 0	01 1 0 0 0	02	0 0 0 8
09	FAIXA DE CAPITAL (Assinalar com "X")	10	DE ORIGEM NACIONAL
MENOS DE R\$ 100.000	01 6	ENTRE R\$ 100.000 E R\$ 1.000.000	02 4
Mais de R\$ 1.000.000	03 2		

04 RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS

06	ASSINALE COM "X" OS TRIBUTOS QUE A SEDE RECOLHER HABITUALMENTE	07	ASSINALE COM "X" A FORMA DE CONSTITUIÇÃO
IMPOSTO DE RENDA (DECLARAÇÃO)	X 00 9	EMPRESA INDIVIDUAL (COMÉRCIO OU INDÚSTRIA)	00 6
EXPORTAÇÃO	01 7	SOCIEDADE EM NOME COLETIVO	01 4
PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	02 5	SOC. POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LTDA	02 2
IMPORTAÇÃO	03 3	SOC. DE CAPITAL E INDÚSTRIA	03 0
IMPOSTO DE RENDA (NA FONTE)	04 1	SOC. COMANDITA SIMPLES	04 9
IPI	05 0	SOC. EM COMANDITA POR AÇÕES	05 7
OPERAÇÕES FINANCEIRAS	06 8	SOC. CIVIL COM FINS LUCRATIVOS	06 5
SERVIÇOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (FEDERAL)	07 6	SOC. EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO	07 3
		SOC. COOPERATIVA	08 1
		FILIAL SUCCURSAL AGÊNCIA DE EMPRESA SEDIADA NO EXTERIOR	09 0

06 NATUREZA JURÍDICA

01	EMPRESA INDIVIDUAL (COMÉRCIO OU INDÚSTRIA)	00 6
02	SOCIEDADE EM NOME COLETIVO	01 4
03	SOC. POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LTDA	02 2
04	SOC. DE CAPITAL E INDÚSTRIA	03 0
05	SOC. COMANDITA SIMPLES	04 9
06	SOC. EM COMANDITA POR AÇÕES	05 7
07	SOC. CIVIL COM FINS LUCRATIVOS	06 5
08	SOC. EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO	07 3
09	SOC. COOPERATIVA	08 1
10	FILIAL SUCCURSAL AGÊNCIA DE EMPRESA SEDIADA NO EXTERIOR	09 0

07 ATIVIDADE PRINCIPAL DO ESTABELECIMENTO-SEDE

11	DESCRIÇÃO	12	CODIGO
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RECREATIVA		8 0 2 3	

08 DENOMINAÇÃO

13	FIRMA OU RAZÃO SOCIAL/DENOMINAÇÃO COMERCIAL	14	NOME DE FANTASIA
ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DO CONJUNTO SAO PAULO			

09 ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO-SEDE

15	TIPO (RUA, AV., ETC.)	16	NOME DO LOGRADOURO	17	NÚMERO	18	COMPLEMENTO (ANDAR, SALA, ETC.)	19	BAIRRO OU DISTRITO	20	CEP	21	SIGLA DA UF.	22	CODIGO DO MUNICIPIO	23	CODIGO DA INSPECTORIA
TRAV.	SAO PAULO	88		CENTRO	58 305			BAYEUX	1 9 3 7								

10 PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

24	INSCRIÇÃO NO CPF	25	NOME
6 3 3 7 5 4 5 1 4		MARIA ARCANJO DE BARROS NOGUEIRA	

12 CONTROLE DE REMESSA DE DOCUMENTOS

26	PARA USO DO ORGÃO RECEPTOR	27	RECEPÇÃO NO ORGÃO DA JURISDIÇÃO DA SEDE
4 2 4 0 2 7 8 7 0 1		42402/2175	

11 ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE COM FLENO CONHECIMENTO DO DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE

28	DATA
15 de Março de 1987	

13 RECEPÇÃO NO ORGÃO DA JURISDIÇÃO DA SEDE

29	ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA	30	PARA USO DO ORGÃO LOCAL DA JURISDIÇÃO DA SEDE
Maria Arcanjo de Barros Nogueira		31	DATA DE INSCRIÇÃO
		2 1 0 9 8 7	

12 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

32	MATRÍCULA DO FUNCIONÁRIO
2.102.079-5	

14 PARA USO DO ORGÃO LOCAL DA JURISDIÇÃO DA SEDE

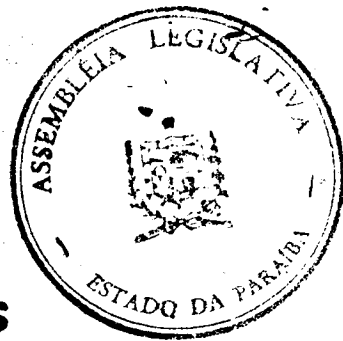
33	DATA DE INSCRIÇÃO	34	MATRÍCULA DO FUNCIONÁRIO
2 1 0 9 8 7		2.102.079-5	

MODELO APROVADO POR: INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRF
ATO DECLARATÓRIO N.º 89.988 - 102/73 - NURIEF - Instrução Normativa SRF N.º 24, de 9/8/73 - GRÁF. MUTO LTDA - C.G.C. 45.988.581/001
Rua Abolição, 209 - CAMPINAS - SP



CARTÓRIO TOSCANO DE BRITO

Rua Candido Pessoa, 31 - Fone (083) 222-1017 - Telex (0832) 392 - CTBG-BR
JOÃO PESSOA - PARAÍBA



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

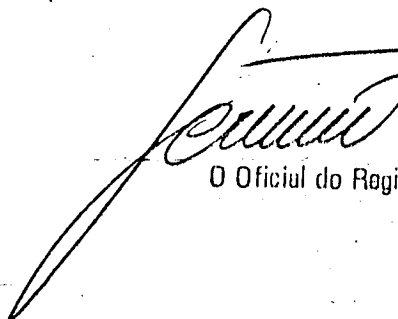
CERTIDÃO

CERTIFICO a pedido verbal de pessoa interessada, que
nesta data, foi registrado sob nº 4 9 9 6 3, do Livro A 2 0
do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, a sociedade denominada: ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CONJUNTO SÃO PAULO.

O referido é verdade e ao arquivo do Cartório se reporta.

Dou fé.

João Pessoa, 29 de julho de 1987


O Oficial do Registro



Extremos dos Estatutos Sociais

Razão Social Associação dos Moradores do Conjunto São Paulo

Bayeux, Pb.

Inderego Travessa São Paulo 66 - Bayeux - P.J.

Prazo de duração indeterminado

Capítulo I - Denominação sede, e fins, estão inseridos nos artigos 15 ao 39 - Capítulo II e III - Da administração e seus órgãos,

Artigo 23º ao artigo 19º - Capítulo V - Dos sócios e suas classes, Artigo 20º ao artigo 21º - Capítulo VI - Deveres dos sócios

289 - A COMISSAO

SÃO PAULO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS

Comparing Libraries

CEC/WT 21 08.011.225/0001-34

Data, Hora e Local - As Assembleias que sete atos deverão realizar-se no dia 30 de Abril de 1987, às 15:00 horas, na sede social da Companhia Saneamento de São José, nesta cidade de Campinas Grande.

CONTRAPROPOSIÇÃO - Os acionistas foram convocados para as assembleias malidentificadas por publicação nas edições do Diário Oficial do Estado e do "Jornal da Paraíba" que circulavam nos dias 22, 23 e 24 do corrente mês de Abril, sendo o teor da convocação o seguinte:

84 ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA CONVOCADAS PARA OS SE-
NHORES ACIONISTAS DA SIO SILE S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS COC(172) Nº 08-811.225/0001-
vocado a participar das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária
que, concretamente, se realizarem no próximo dia 30, às 15:00 horas,
na sede social da companhia na rua Almeida Barreto, 557, Campina Grande,
Paraná, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias: a) Em Asse-
bléia Geral Ordinária 1. As contas da Administração, relatório da Dire-
toria e Demonstrações Financeiras e parecer do Conselho de Administração
relativos ao exercício social de 1986. 2. Destinação do resultado do
exercício findo em 31.12.86. 3. Correção monetária do capital social e
reservações capitalizadas nos termos do artigo 167 da Lei 6.404/76, sem
modificação do número de ações emitidas. 4. Eleição dos membros do Con-

do, firmando suas características, podendo deixar de cometer direito de preferência em algumas situações quando a extinção se destinar a "utilidade pública". Artigo 11, § Único "3 constituida uma reserva para investimentos, formada inicialmente com o saldo da reserva de lucros, constantes das demonstrações financeiras da companhia em 31.12.56, a qual, anualmente, serão destinados o saldo remanescente do lucro do exercício após a constituição da reserva legal e deduzidos os dividendos distribuídos pelos acionistas, e que se destinam a melhoria e desenvolvimento das negócios sociais."

ENCRESCIMENTO - Nesta mais barulhenta e trativa das assembleias foram encerradas com a leitura desta ata no livro próprio da companhia, a qual foi lida aos presentes e foi por todos aprovada. Campina Grande, 30 de Abril da 1987. José Carlos da Silva Júnior - Presidente do Conselho de Administração - Juana Carlos Monteiro - Secretária.

JOSE CARLOS DA SILVA JUNIOR
Presidente do Conselho de Administração

GENERAL CURIOS MOETTERO

Decorative

DELEGACIA REGIONAL DE CAMPINA GRANDE

CERTIDÃO

São Paulo 8/1 - Indústria e Comércio de Aluminopos

Enviado ao Conselho de Estado sob N.º 25.3.0000175. For do
20/05/87, a 1.ª de 2.ª Assembleia Carol | AGE e ACC

2. Ainda no dia 30/04/87, com como os seguintes de Livros
de 30 EST. de, 25, 26, 27 de Março/87.

Guinean 21 / 1901

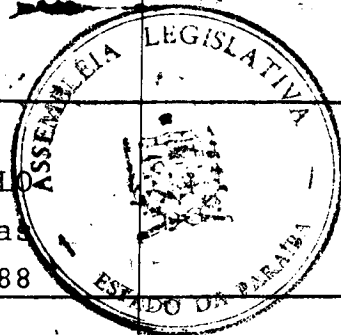
CONFIDENTIAL

Assistente Administrative

Study-Specific Findings

[illegible]

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO BAIRRO SÃO PAULO
FUNDADA EM 15 DE MARÇO DE 1987, com 20 pessoas
Sede Provisória - Travessa São Paulo, nº - 88



PRESIDENTE: Maria Arcanjo de Barros Nogueira
(MARIA ARCANJO DE BARROS NOGUEIRA)

VICE-PRESIDENTE: Asterio Santos
(ASTERIO SANTOS)

1º SECRETARIO Antenor José Barbosa
(ANTENOR JOSÉ BARBOSA)

2º SECRETARIO Solange de Barros
(SOLANGE DE BARROS)

3º SECRETARIO Severina da Silva Santos
(SEVERINA DA SILVA SANTOS)

1º TESOUREIRO Severino do Ramo de Souza
(SEVERINO RAMOS DE SOUZA)

2º TESOUREIRO Maria de Fatima Ramos
(MARIA DE FATIMA RAMOS)

SUPLENTE DA MESA

1º Rozângela de Barros
2º Benedito Garo da Silva
3º Antonio Catarino

CONSELHO DELIBERATIVO

1º João Antonio Ramos
2º Marcelo Felix dos Santos
3º Francisco Carlos dos Santos
4º Mangal Jacqueline dos Santos
5º Antonio Gláucia dos Santos
6º Margo Antonio de Barros
7º Wagner Luiz Pereira dos Santos

CONSELHO FISCAL

1º * Josipa Maria dos Santos
2º S. Julio Carlos dos Santos
3º * Ania Maria de Souza

721772

SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL

1º

Sebastião Sifício de Araújo

2º

Luiz Carlos Sifício

3º

Maria da Silva Sifício

DIRETOR GERAL

E. Chagas

EURIPEDES FRANCISCO DAS CHAGAS



ESTADO DA PARAIBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA

João Pessoa - Pb.

COMISSÃO DE JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 80/87

AUTOR: Deputado Roberto Paulino

P A R E C E R

Com a apresentação do Projeto de Lei Nº 80/87 pretende o ilustre Deputado Roberto Paulino reconhecer de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores do Conjunto São Paulo da cidade de Bayeux.

Fez o autor juntada de xerox dos Estatutos Sociais comprovando de que se trata de sociedade beneficente e que a sua Diretoria não é remunerada.

Os Estatutos foram publicados no Diário Oficial do Estado, edição de 28 de maio de 1987 e registrado no Cartório de Títulos e Documentos além de outros documentos.

A matéria em epígrafe não contraria qualquer dispositivo Constitucional e satisfaz os requisitos legais merecendo a sua aprovação.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 1987.

Antonio Waldir Bezerra Cavalcanti
Antonio Waldir Bezerra Cavalcanti - PRESIDENTE

João Fernandes da Silva - RELATOR

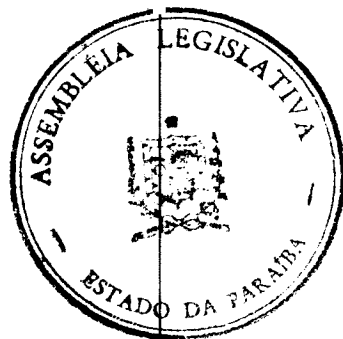
Severino Rangel Leite - MEMBRO

Judivan Cabral - MEMBRO

Pedro Adelson - MEMBRO

Aprovado o Parecer em
discussão única.

Em *11/10/87*
[Assinatura]
1.º SECRETÁRIO



Registrado no Livro de Plenário

às Fls. 80 Sob No 80/87

EM, 29 / 09 / 87

maul

Publicado no Diário do poder
Legislativo do Dia 29/09/87
de 19

EM / / 19

SECRETÁRIO

A Coordenadoria das Comissões

Técnicas.

EM, 29 / 09 / 87

maul

A Comissão de Constituição, Legis-
lação e Justiça.

Em / / 19

1º SECRETÁRIO

RECEBI

Recebi, nesta data, o presente projeto Lu

nº 80/87

Em, 29 de 09 de 19 87

[Signature]
Dr.ª Suelly Fernandes M. de Aquino
Coordenadora das Comissões Técnicas

REMESSA

Remetido nesta data ao Sr. Presidente

da Comissão de Justiça

Em 29 de 09 de 19 87

[Signature]
Dr.ª Suelly Fernandes M. de Aquino
Coordenadora das Comissões Técnicas



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

GP/Ofício nº 516/87
nra.

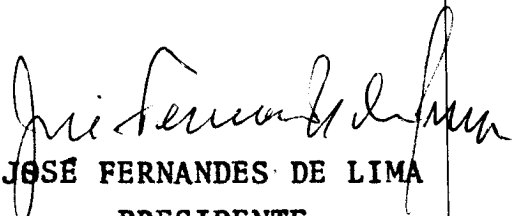
Em 23 de novembro de 1987.

Senhor Governador:

S

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para fins constitucionais, o Projeto de Lei nº 80/87 aprovado por esta Assembléia Legislativa em sessão realizada no dia 12 de novembro do corrente ano, o qual "Reconhece de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Moradores do Conjunto São Paulo".

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência os meus protestos de elevada consideração.


JOSÉ FERNANDES DE LIMA
PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor
Dr. TARCISIO DE MIRANDA BURITY
DD. GOVERNADOR DO ESTADO
Palácio dos Despachos
N E S T A /



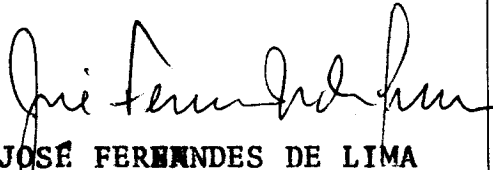
PROJETO DE LEI Nº 80/87

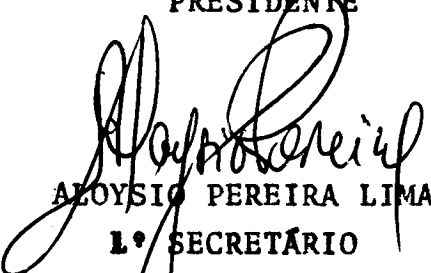
RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA A
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CONJUNTO SÃO PAULO.

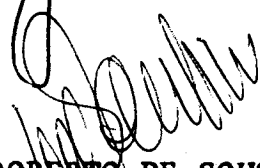
Art. 1º - fica reconhecida de Utilidade pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CONJUNTO SÃO PAULO, com sede provisória à Trav. São Paulo, 88, no município de BAYEUX.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 23 de novembro de 1987.


JOSÉ FERNANDES DE LIMA
PRESIDENTE


ALOYSIO PEREIRA LIMA
1º SECRETÁRIO


ANTONIO ROBERTO DE SOUSA PARLINO
2º SECRETÁRIO